

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023





RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

BRASÍLIA - 2024



COMISSÃO DIRETORA

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim
QUARTO-SECRETÁRIO

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DIRETORA-GERAL,

ILANA TROMBKA



A publicação anual do Relatório de Gestão do Senado Federal é sempre um momento de reflexão e alegria para a Administração desta Casa. Mais do que apenas um demonstrativo de boa administração dos recursos públicos, com os devidos planejamento, transparência e eficiência, este documento materializa o compromisso com nossos temas norteadores: cidadania, equidade de gênero e raça, inclusão e sustentabilidade. Seguimos firmes e sem retrocessos nesta linha de atuação, o que marca distintivamente nossa Casa Legislativa. Demonstramos aqui nosso trabalho, mas, sobretudo, prestamos contas à sociedade brasileira.

Aponto aqui alguns dados para enfatizar nossa busca pela excelência, tanto nos processos, quanto nos resultados alcançados. O Senado Federal reforçou seu compromisso com a equidade. Lançamos o Mapa Nacional da Violência de Gênero, plataforma interativa que reúne pela primeira vez as bases de dados mais importantes do país relacionadas ao tema.

O Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR) 2021-2023 alcançou um índice de cumprimento de metas de 90%, tendo ainda 6% parcialmente cumpridas e 4% em fase de conclusão.

Ao mesmo tempo continuamos apostando na inclusão. Tivemos mais de 30 milhões de acessos ao portal e-Cidadania, efetuados por 7.208.923 usuários distintos. O portal incorporou recursos de acessibilidade e possibilita participação dos cidadãos nas ativida-

des legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado.

Outro pequeno exemplo é o serviço de Acessibilidade Assistida que realiza empréstimos de cadeiras de rodas manuais e triciclos motorizados para senadores, servidores e visitantes, conforme solicitação. Realiza também o atendimento direcionado a pessoas com deficiência, de modo a lhes proporcionar, de forma adequada, o ingresso e trânsito nas dependências do Senado Federal. No ano de 2023, foram realizados 748 atendimentos de acessibilidade, contando os empréstimos de equipamentos e atendimentos de assistência.

Destaco também a crescente participação do Senado Federal nas redes e mídias sociais. Em 2023, alcançamos 4,7 milhões de seguidores no Instagram, 1,3 milhão de seguidores no Twitter e 55,9 mil seguidores no TikTok.

O Senado Federal também investiu no campo da sustentabilidade. Com a implantação do novo sistema de coleta seletiva, foi possível reverter os números da compostagem, de zero para uma média mensal superior a mil e duzentos quilogramas de resíduos orgânicos.

Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão evidenciam o alinhamento do Senado Federal com os valores mais nobres de uma administração moderna e voltada para o futuro: transparência, eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos. Nossa Casa Legislativa segue trabalhando para aprimorar seus processos e serviços, com o intuito de atender às demandas da sociedade e contribuir para o desenvolvimento do país.

Por fim, diante da minha responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do presente relatório, DECLARO que a sua elaboração e apresentação está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa-TCU nº 198, de 2022, nos termos §3º do art. 8º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020, observando as finalidades previstas no seu art. 3º e os princípios para elaboração e divulgação da prestação de contas previstos no seu art. 4º.

Desejo uma boa leitura a todos e todas!

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	8
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
GOVERNANÇA CORPORATIVA	15

ATIVIDADE LEGISLATIVA

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL	26
SENADO FEDERAL PLENÁRIO E COMISSÕES	28
CONGRESSO NACIONAL	30
PRONUNCIAMENTOS	31
PROJETOS E INICIATIVAS	32

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	38
ASSESSORIA TÉCNICA DA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	38
E-CIDADANIA	39
OUIDORIA DO SENADO FEDERAL	42
INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO	46
REDES SOCIAIS	48
VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL	49

GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA	52
AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	53
NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	70
ACESSIBILIDADE	71
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	84

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO CORPORATIVA	96
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	110
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	114
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECUR- SOS DA GESTÃO PATRIMONIAL EM 2023	115
GESTÃO DE PESSOAS	117

CUSTOS, ORÇAMENTO, FINANÇAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO DE CUSTOS	128
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	129
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	129

1 CONTEXTO ORGANIZACIONAL



VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado Federal é um dos órgãos que compõem o Poder Legislativo. Suas funções principais são a legislativa e a fiscalizadora. Essas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinadas no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015. Estes são importantes elementos estratégicos para o direcionamento do órgão e, juntamente com os valores, objetivos e resultados-chave, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente,

maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos:

- 1) Atividade Parlamentar; e
- 2) Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional.

Os processos de atividade parlamentar são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade e os Estados federados.

Os processos de estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.



CADEIA DE VALOR

MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

- Processo Legislativo
- Fiscalização e Controle das Políticas Públicas
- Investigação e Inquérito Parlamentar

VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional

- Desenvolvimento Organizacional
- Relações e Comunicação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- Segurança Institucional
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão da Informação
- Consultoria Legislativa
- Assessoria Jurídica
- Educação Corporativa
- Auditoria Interna
- Secretariado do Processo Legislativo
- Administração e Logística

Desenvolvimento Organizacional

Abrange os processos relacionados a governança e estratégia

Administração e Logística

Envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica

Relações e Comunicação Institucional

Contempla os processos relacionados a transparência e comunicação

Consultoria Legislativa

Compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária

ESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, a fim de facilitar a implantação da estratégia e atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma da página seguinte. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão.

Alternativamente, é possível visualizar a estrutura desta Casa Legislativa estruturada em formato de árvore organizacional.



SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Presidência

1ª e 2ª Vice- Presidência

1ª Secretária

2ª Secretária

3ª Secretária

4ª Secretária

Gabinete

Assessoria Técnica

Assessoria de Imprensa

Cerimonial da Presidência

Secretaria de Relações Internacionais

Conselho de Transparência e Controle Social

Secretaria de Transparência

Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos

Gabinetes de Lideranças

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Procuradoria Parlamentar

Conselho de Estudos Políticos

Comissões Permanentes

Gabinetes de Senadores

Corregedoria Parlamentar

Procuradoria da Mulher

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Ouvidoria do Senado Federal

Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica

Conselho Editorial

Conselho de Supervisão do SIS

Conselho de Supervisão do ILB

IFI - Instituição Fiscal Independente

Órgãos de Assessoramento Superior

Consultoria Legislativa

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Advocacia do Senado Federal

Auditoria do Senado Federal

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria Agência e Jornal

Secretaria Rádio Senado

Secretaria TV Senado

Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Órgãos Superiores de Execução

Diretoria-Geral

Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Secretaria de Patrimônio

Secretaria de Administração de Contratações

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Infraestrutura

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN

Secretaria de Editoração e Publicações

Secretaria de Polícia do Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do Senado Federal

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Secretaria de Comissões

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Secretaria de Atas e Diários

Secretaria de Expediente

Órgão Supervisionado

Instituto Legislativo Brasileiro

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

VISÃO DO SENADO FEDERAL

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

VALORES DO SENADO FEDERAL

Compromisso com o Parlamento;
Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos;
Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores;
Compromisso com a igualdade;
Compromisso com a livre disseminação de ideias;
Compromisso com a transparência;
Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos;
Compromisso com a sustentabilidade;
Compromisso com a acessibilidade;
Compromisso com a memória do Senado;
Compromisso com a comunidade.

MISSÃO DO SENADO FEDERAL

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO SENADO FEDERAL

Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos;
Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho;
Valorizar as pessoas;
Fortalecer a transparência e a comunicação;
Readequar a estrutura física;
Preservar a memória do Senado; e
Priorizar as atividades fim do Senado.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS-CHAVE

Desde 2020, o Senado adota a metodologia Objectives and Key Results (OKR) – em português, objetivos e resultados-chave – para desdobramento e execução do Planejamento Estratégico da Casa. Essa metodologia busca uma abordagem simplificada de definição de objetivos vinculados a metas definidas, gerando alinhamento e engajamento em torno dos resultados mensuráveis da organização.

Os resultados-chave do Senado Federal (KRs) passam, a cada novo ciclo, por processos de amadurecimento institucional, sempre em conformidade com os demais elementos estratégicos da Casa. Os resultados alcançados por meio dos KRs podem ser acompanhados no Portal da Transparência e Prestação de Contas do Senado.

O ciclo atual de Key Results (KRs), em vigência de setembro de 2023 a janeiro de 2025, foi estabelecido na Ata da 1ª Reunião de 2023 do Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE), realizada em 19 de junho de 2023. Esse ciclo compreende sete objetivos estratégicos, detalhando 41 KRs, que cobrem diversas áreas do Senado Federal. Cada KR visa aprimorar aspectos específicos da governança e gestão, contribuindo para o alcance efetivo de nossos objetivos institucionais.



MONITORAMENTO DOS RESULTADOS-CHAVE DO CICLO 2021-2023 E 2023-2025

O Ato Conjunto SGM e DGER nº 01, de 2021, definiu 57 Resultados-Chave (KRs) para o ciclo de planejamento 2021-2023, que se encerrou dia 31 de janeiro de 2023.

O balanceamento do conjunto de KRs foi realizado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica (CGGE), cujas atas estão disponíveis no Portal da Transparência e Prestação de Contas do Senado. Essa atribuição deriva da própria criação do CGGE pelo Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2022, que institui, dentre as competências do Comitê, manter os mecanismos para o exercício da governança corporativa, incluindo o monitoramento, avaliação e controle dos elementos estratégicos.

Entre os 57 resultados-chave do ciclo 2021-2023, 24 foram atingidos, 15 não foram concluídos

em sua totalidade, 13 foram suspensos, 4 foram integrados a outros KRs e 1 foi cancelado.

A suspensão de alguns KRs se deu em sua maioria por fatores supervenientes, como dependência irremediável de órgãos externos ao Senado e inexecução contratual de fábrica de software (que inviabilizou 6 KRs que dependiam de projetos de TI sob responsabilidade da fábrica). As integrações a outros resultados-chave se justificam pela avaliação de que os benefícios e os esforços depreendidos para os KRs integrados se relacionavam a resultados-chave mais amplos e que o alcance dos benefícios teria maior garantia de ocorrer a partir do processo de integração. O cancelamento foi deliberado em face da inexistência, no mercado, de seguro de responsabilidade civil para gestores públicos, objeto do KR 3.4.



O ciclo 2023-2025 de KRs foi planejado levando em consideração o aprendizado dos ciclos anteriores, principalmente do ciclo 2021-2023, e o diagnóstico realizado junto às Secretarias do Senado Federal. Após essas análises iniciais, as propostas de KRs foram submetidas ao Comitê de Governança e Gestão Estratégica do Senado que selecionou 41 KRs para o ciclo 2023-2025. Do ciclo anterior, 10 KRs foram reintroduzidos devido a manutenção da sua significância estratégica para a organização.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para definir diretrizes e orientações à gestão da Casa. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

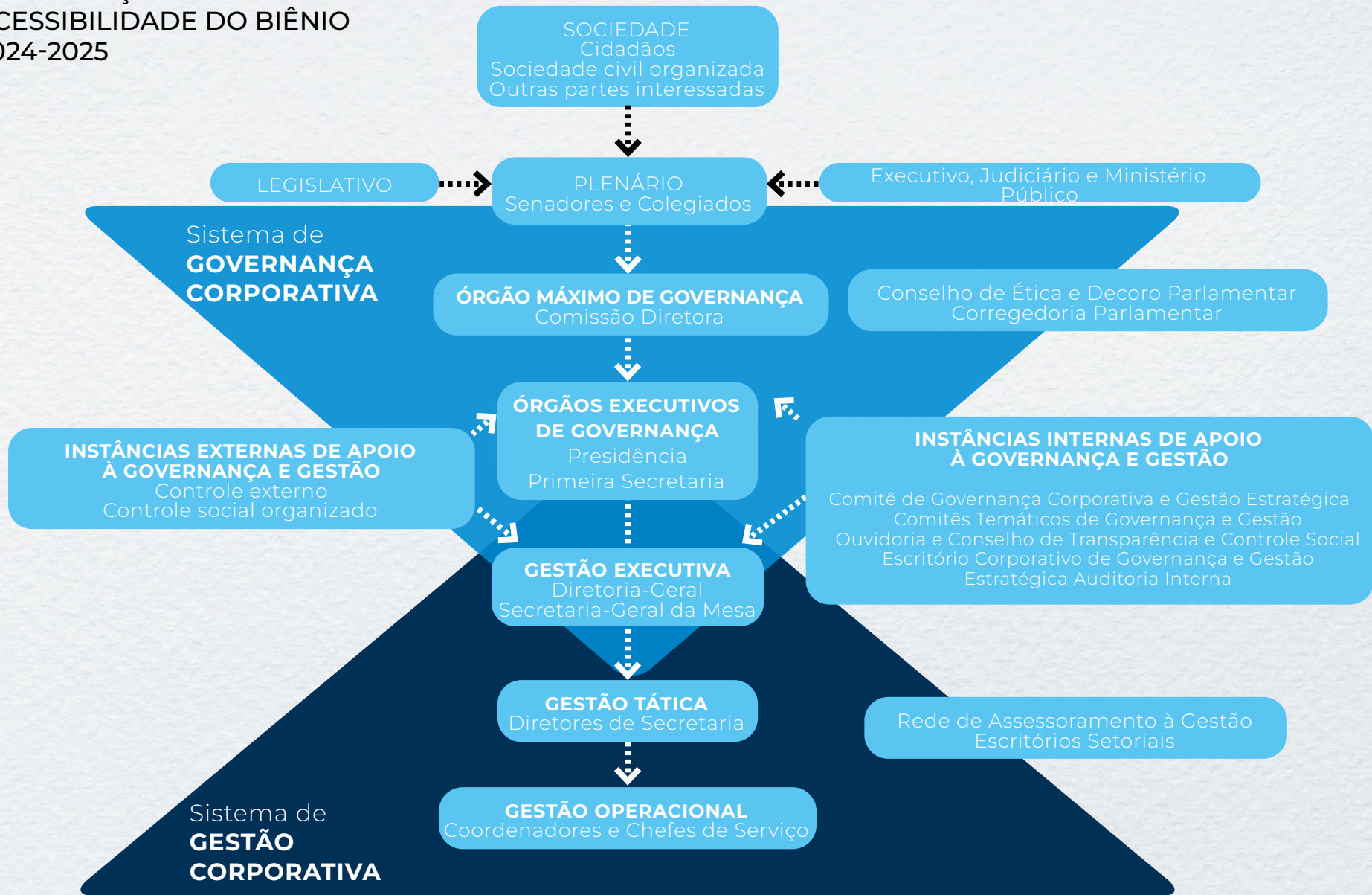
Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe

ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira-Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, exatamente por essa sua estrutura política e representativa.

**PARA AS AÇÕES DO PLANO DE
ACESSIBILIDADE DO BIÊNIO
2024-2025**



GOVERNANÇA DE TI NO SENADO FEDERAL

Em maio de 2015, o Senado Federal (SF) aprovou um projeto estratégico com o objetivo de instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016.

Essa Política definiu os papéis e as responsabilidades relativas à Governança e à Gestão de TI no SF, conforme apresentada na Figura ao lado.

O Comitê de Governança de TI (CGTI) é responsável por definir as estratégias, as estruturas e as responsabilidades relativas à Tecnologia da Informação no âmbito do SF. A partir dessas definições, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e aos demais provedores de serviços de TI, destacando-se a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), atuarem na gestão de TI, provendo serviços nos termos acordados junto aos gestores de negócio das diversas áreas demandantes. Aos gestores de negócio, que também têm suas competências formalizadas na PGTI/SF, cabe fazer a gestão dos seus respectivos sistemas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e o ILB têm a responsabilidade de prover as capacitações necessárias nas áreas de Governança e de Gestão de TI.

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), órgão subordinado à Diretoria-Geral do SF, compete a assessoria e o secretariado ao CGTI.

O Comitê de Governança de TI tem forte atuação e está em processo de elaboração do terceiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PDTI 2023-2024) já em vigor.

Além do Comitê de Governança de TI, dois comitês destacam-se como impulsionadores de governança de TI no Senado: o Comitê Gestor do Site do Senado Federal (CGSSF) e o Comitê de Segurança da Informação (CSI).



O Comitê Gestor do Site do Senado Federal tem por objetivo promover e gerenciar ações que organizem apresentação, forma e estrutura de serviços e informações dos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional. Atua tanto na Internet quanto na Intranet e também em mídias correlatas e dispositivos móveis. Entre as competências do Comitê estão a elaboração de política de uso do sítio do Senado Federal, aprovação de regras e orientações para a gestão do sítio, definição de critérios para determinar o grau de relevância dos tipos de conteúdo publicados, estabelecimento de procedimentos para a inclusão, retirada e atualização de informações, elaboração de normas para criação, uso e extinção de domínios e de contas institucionais de mídias sociais oficiais do Senado Federal.

O Comitê de Segurança da Informação, por sua vez, é responsável por planejar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Corporativa de Segurança da Informação do Senado (PCSI) e das normas complementares e as ações de segurança da informação; analisar e formular ações de segurança da informação para o Senado Federal, considerando a conformidade com a legislação e as recomendações e boas práticas pertinentes;

fomentar a cultura de segurança da informação no Senado Federal; além de planejar a capacitação dos usuários em segurança da informação, entre outras.

Como resultado direto da atuação do CSI, destacam-se deliberações sobre atualização de sistemas operacionais do parque tecnológico do Senado; possíveis ataques cibernéticos; adesão à rede de equipes formada por Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, coordenada pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR-Gov); melhorias de segurança nos Sistemas de Autenticação e Validação de Credenciais (SAVCs); e auditorias realizadas pelo TCU e respectivas recomendações ou demandas delas proveniente.

GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES NO SENADO FEDERAL

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- Diretrizes da Política de Contratações;
- Comitê de Contratações;
- Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.

Desta forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança

- Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;
- Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;
- Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações, ressaltam-se:

- Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;
- Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;
- Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento pudesse ser otimizado;
- Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.

O estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado refe-

rência na área pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido convidado a apresentar o seu case no evento “Diálogos Públicos”, destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, com a implantação do Sistema de Governança de Contratações, o Senado Federal passou a integrar os 5% dos órgãos mais maduros em Governança de Contratações, segundo análise realizada pelo TCU em 2017, que avaliou 482 órgãos da Administração Pública.



POLÍTICAS CORPORATIVAS

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, contribuem para o direcionamento estratégico e estabelecem determinações para as atividades corporativas. São elas:

POLÍTICA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2022

Institui a Política de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado, estabelece um sistema para controle da integridade e altera o Regulamento Administrativo para adequar as competências e atribuições do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Ato do Presidente nº 10, de 2020

Institui no Senado Federal estrutura normativa sobre a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais, considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direi-

tos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL

Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018

Institui no Senado Federal estrutura normativa com a finalidade de integrar os princípios e regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.





Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal Compete ao ILB elaborar o PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL (PCASF), que consiste em um instrumento básico de previsão de execução das ações educacionais de interesse da Casa.

POLÍTICA DE CONTRATAÇÕES

Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades com foco na racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa.

Plano de Contratações

O Plano de Contratações é o documento que compila todo o planejamento de contratações de obra, aquisição de bens ou prestação de serviços, seja mediante procedimento licitatório ou por meio de contratação direta.

POLÍTICA CORPORATIVA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2017

Institui no Senado Federal estrutura normativa cujo objetivo é estabelecer princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio da Casa.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/SF), é elaborado pelo Comitê de Governança de TI (CGTI), com duração de 02 anos e contém o seguinte escopo: declaração das diretrizes de TI; definição das ações estruturantes relacionados às diretrizes de TI; definição dos projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de TI identificados; definição dos projetos voltados ao atendimento das áreas de negócio do SF e definição dos indicadores para avaliação do desempenho da TI.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende princípios, diretrizes, objetivos e requisitos, tendo como finalidade

prover as orientações estratégicas para o sistema de gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa, a partir de aspectos normativos, éticos, técnicos, econômicos e científicos.

POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que institui a Política de Acessibilidade da Casa e destina-se particularmente a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Plano de Acessibilidade

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que institui a Política de Responsabilidade Socioambiental da Casa e dispõe sobre



princípios, objetivos, instrumentos, competências, entre outras diretrizes sobre o tema.

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS

O Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), elabora para cada biênio o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do Senado Federal, uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e se caracteriza por ser uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

GESTÃO DE RISCOS

Gestão de Riscos é um processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar negativamente a organização.

A Política de Governança e Gestão Estratégica da Casa, instituída pelo ATC 03/2022, estabelece que o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistemáticas de gestão de riscos e controles com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização.

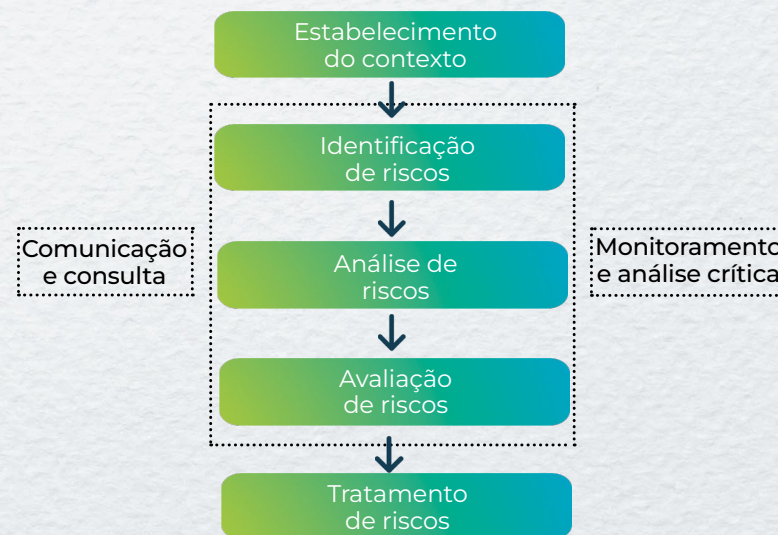
O processo de Gerenciamento de Riscos utilizado no Senado Federal é baseado no Processo Corporativo de Gestão de Riscos, customizado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), a partir da Norma

ISO 31.000, e disponibilizado institucionalmente no Repositório Corporativo de Processos.

O processo de Gestão de Riscos é aplicado no monitoramento da Estratégia, garantindo que os resultados-chave planejados permaneçam alinhados à Estratégia Corporativa e os riscos detectados possam ser analisados e gerenciados, de forma a não se tornarem problemas de fato e prejudicarem o atingimento dos benefícios esperados. O monitoramento é realizado mensalmente, e o responsável pelo resultado-chave define o nível hierárquico mais apropriado para o tratamento dos riscos identificados (escalonamento de riscos).

Processo semelhante é utilizado no gerenciamento dos projetos selecionados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Por meio do monitoramento contínuo realizado pelo EGOV, os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI, quando necessário.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO



2 ATIVIDADE LEGISLATIVA



O ano de 2023, o primeiro da 57ª Legislatura do Congresso Nacional, foi marcado pela chegada de vários novos senadores a esta Casa, que trouxeram renovação e novas expectativas para os trabalhos do Poder Legislativo federal e deste Senado Federal, todos contribuindo para o debate dos grandes temas enfrentados no decorrer do ano.

Foi também marcado, logo em seu início, por violentos ataques contra as estruturas físicas dos prédios do Congresso Nacional e dos demais Poderes da República. Esses graves ataques, é preciso salientar, de nenhuma forma comprometeram a atuação dos senadores e colaboradores da Casa; ao contrário, reforçaram os seus compromissos com a defesa da democracia e com o cumprimento dos seus deveres institucionais.

Nesse sentido, merecem destaque algumas importantes medidas adotadas no âmbito desta Casa, as quais refletem o compromisso com a excelência no cumprimento de suas atribuições institucionais.

A Comissão Diretora aprovou o ATC nº 1/2023, que dispõe sobre a participação remota dos senadores e das senadoras nas sessões e

reuniões do Senado Federal e disciplina a votação por intermédio de aplicação de registro de voto, permitindo que a Casa, embora priorize a participação presencial dos parlamentares, permaneça utilizando recursos tecnológicos desenvolvidos durante a pandemia que se mostraram efetivos para os trabalhos.

Também foram aprovadas importantes medidas que contribuem para a economia de recursos públicos: o ATC nº 3/2023, que delimita a realização das reuniões das Comissões Permanentes do Senado Federal ao espaço físico da comissão responsável pela atividade; e o ATC nº 4/2023, que estabelece que as sessões especiais, a serem realizadas no Plenário do Senado Federal, deverão ocorrer sem ônus para a Casa.

O Senado teve, ainda, a satisfação de acolher 262 novos servidores e servidoras aprovados no concurso público realizado no ano anterior. Essa recomposição do quadro de pessoal é um marco importante, sobretudo para a área legislativa, pois traz novos talentos e energias para a Casa e garante a continuidade da excelência dos serviços prestados pelo Parlamento brasileiro.

As informações detalhadas sobre toda a atividade legislativa – bem como os Relatórios Mensais¹ e os Relatórios da Presidência² – podem ser acessadas pelo QR Code no menu Informações Legislativas.



1 - Os Relatórios Mensais consolidam as informações referentes a sessões e reuniões plenárias, matérias legislativas deliberadas e atuação das comissões, entre outras, englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

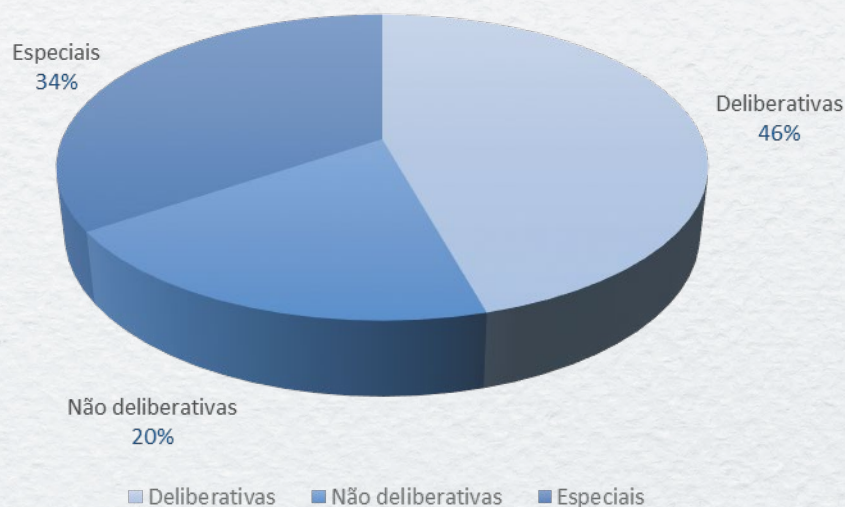
2 - Os Relatórios da Presidência consistem em um repositório de informações sobre o Processo Legislativo e a atuação dos Parlamentares ao longo da Sessão Legislativa, englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

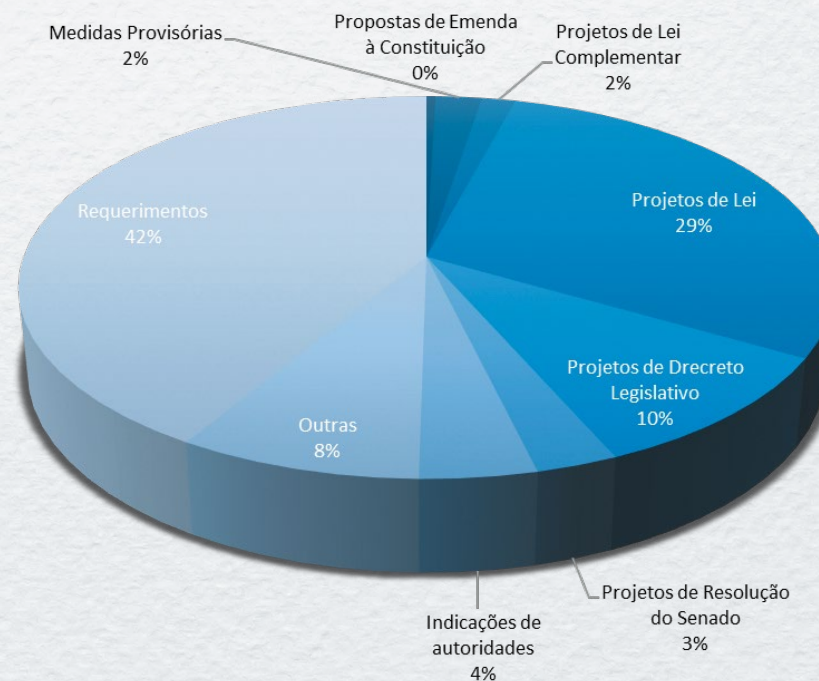
O Senado Federal realizou, em 2023, 197 sessões plenárias: 90 deliberativas, 39 não deliberativas e 68 especiais, de debates temáticos, de premiações e condecorações ou para comparecimento de autoridade.

Foram deliberadas um total de 2.378 matérias legislativas, entre as quais se destacam: 10 Propostas de Emenda à Constituição, 51 Medidas Provisórias, 37 Projetos de Lei Complementar, 696 Projetos de Lei, 239 Projetos de Decreto Legislativo, 67 Projetos de Resolução do Senado, 95 Indicações de autoridades e 985 Requerimentos.

Sessões em Plenário

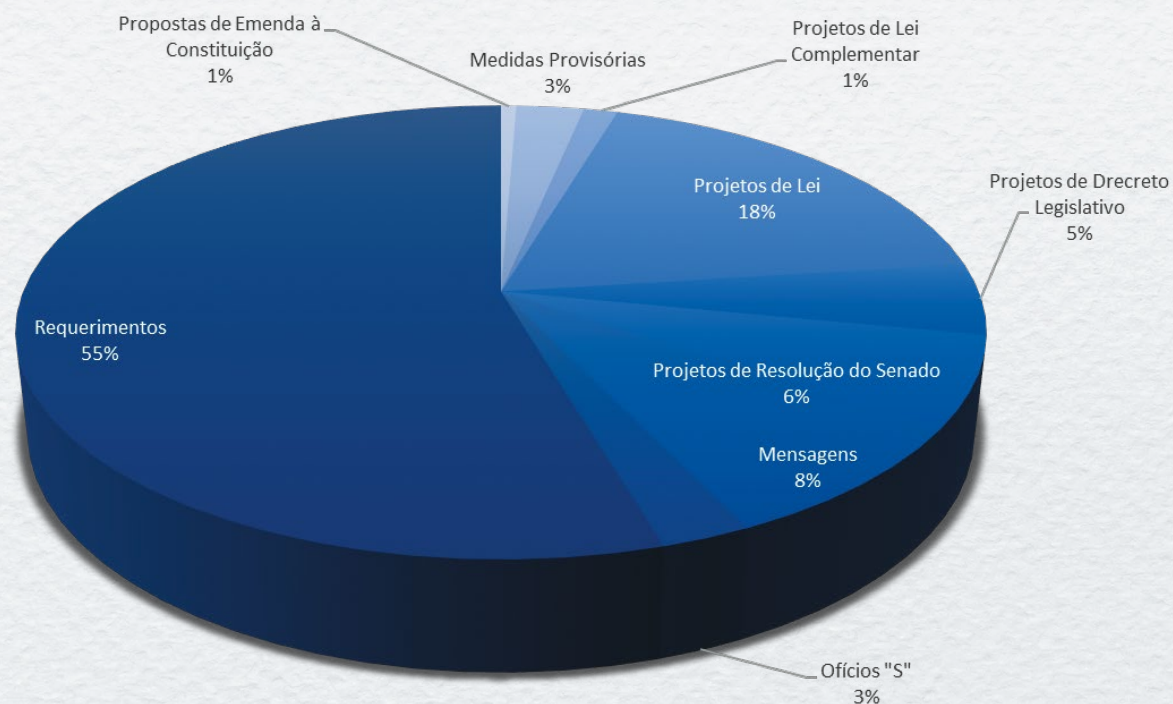


Matérias Legislativas deliberadas em 2023



Dessas deliberações, um total de 823 matérias legislativas foram aprovadas pelo Plenário do Senado Federal, entre as quais se destacam: 5 Propostas de Emenda à Constituição, 22 Medidas Provisórias, 11 Projetos de Lei Complementar, 151 Projetos de Lei, 42 Projetos de Decreto Legislativo, 53 Projetos de Resolução do Senado, 69 Mensagens, 21 Ofícios "S" e 449 Requerimentos.

Matérias Legislativas aprovadas em 2023



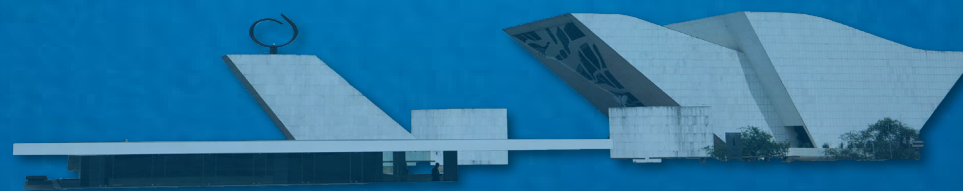
SENADO FEDERAL

Plenário e Comissões

Em 2023, as comissões do Senado Federal realizaram, em sua maioria, reuniões presenciais, mas mantiveram a possibilidade de realização das reuniões nas modalidades remota e semipresencial, atendidas certas condições. Essas reuniões, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, tiveram grande interação do público por meio do portal e-Cidadania.

As Secretarias de Apoio às comissões permanentes também aderiram ao Plano de Gestão do Senado, que já estava em vigor para as outras Coordenações da Secretaria de Comissões (SCOM), e registraram recorde de produtividade no ano.

As dezesseis Comissões Permanentes do Senado Federal e duas subcomissões em funcionamento realizaram 654 reuniões, sendo 289 audiências públicas, e proferiram 1.132 pareceres. Já as oito Comissões Temporárias do Senado realizaram 84 reuniões, sendo 52 delas audiências públicas ou oitivas. As Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional realizaram 53 reuniões e as Comissões de Medida Provisória conta-



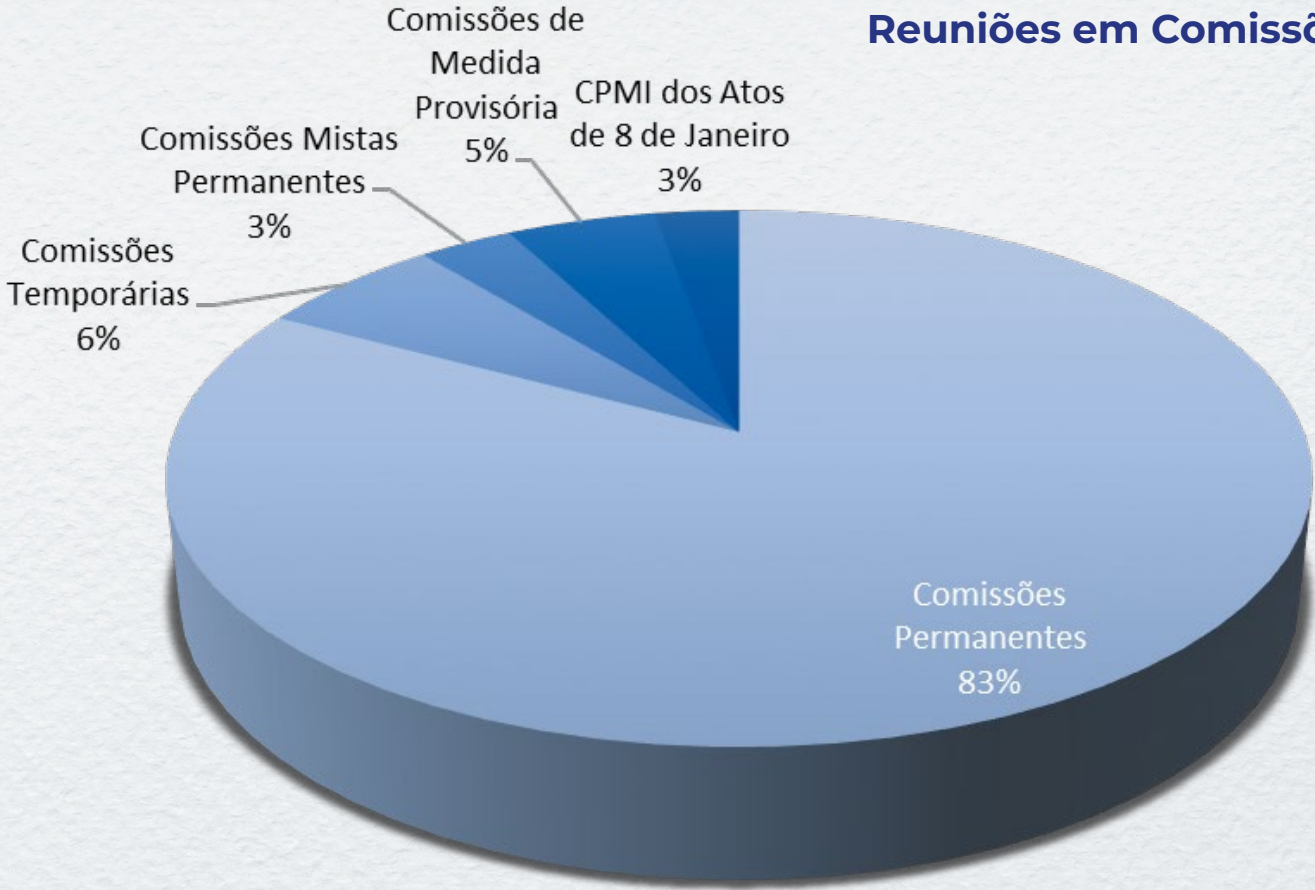
bilizaram 3.187 emendas apresentadas e realizaram 41 reuniões, sendo 18 audiências públicas.

Como destaque, tivemos, em 2023, a instalação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) do Senado – a CPI das ONGs e a CPI da Braskem –, sendo esta última instalada no final do ano para investigar os danos ambientais causados em Maceió (AL) pela empresa petroquímica Braskem.

Outro grande destaque do ano foi a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos de 8 de janeiro, que teve ampla cobertura pela mídia nacional e encerrou seus trabalhos após a realização de 23 reuniões, com dezenas de oitivas, e apreciação de 660 requerimentos.

Por fim, tivemos, ainda em 2023, três sabatinas de autoridades na CCJ que tiveram grande repercussão: o escrutínio do advogado Cristiano Zanin ao cargo de ministro do STF, que ocorreu em junho de 2023 e teve duração de quase oito horas, e o escrutínio do procurador Paulo Gonet e do senador licenciado Fávio Dino, que foram indicados em dezembro para os cargos de Procurador-Geral da República e ministro do STF, respectivamente. Ambos foram aprovados na comissão após quase 11 horas de sabatina.

Reuniões em Comissões



CONGRESSO NACIONAL

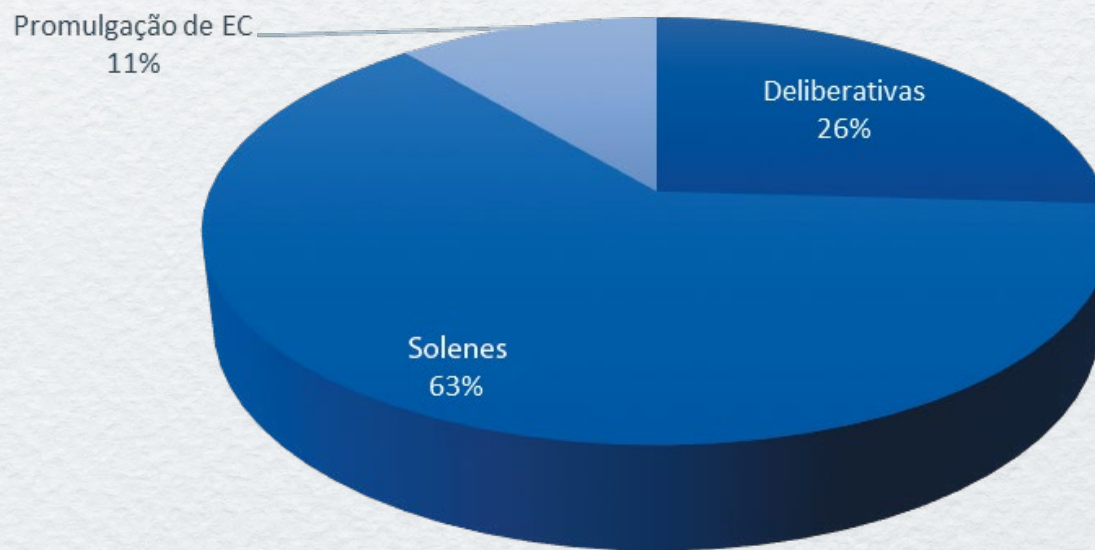
Em 2023 foi atualizado o sistema de entrega eletrônica e remota de cédulas para permitir que os deputados e senadores as enviassem por meio dos aplicativos de deliberação da Câmara e do Senado, respectivamente, Infoleg e Senado Digital. O uso desses meios para o envio das cédulas destinou-se a mostrar uma interface mais familiar para o parlamentar, que já está acostumado a votar pelo aplicativo nas Sessões de sua Casa Legislativa.

Foi também inaugurada a lista de transmissão do Congresso Nacional. É um canal de comunicação da Secretaria do Congresso

com diversos órgãos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de gabinetes e lideranças parlamentares. Por meio dela, os destinatários são informados sobre atualizações nas matérias legislativas de competência do Congresso, como convocações de sessões conjuntas e fluência de prazos para indicação de membros dos colegiados mistos.

Durante o ano legislativo de 2023, ocorreram 7 sessões deliberativas e 20 sessões solenes, das quais 3 tiveram por finalidade a promulgação de emendas constitucionais.

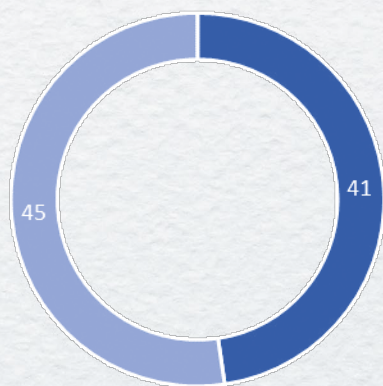
Sessões em Plenário - Congresso Nacional



Dentre as sessões solenes, destacam-se a sessão em comemoração aos 35 de anos da Constituição Federal de 1988, realizada no dia 5 de outubro, e a sessão de promulgação da Emenda Constitucional nº 132 de 2023 (reforma tributária), realizada no dia 20 de dezembro.

Os 41 Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs) recebidos foram aprovados pelo Plenário. Foram também apreciados 45 vetos.

Matérias Legislativas - Congresso Nacional

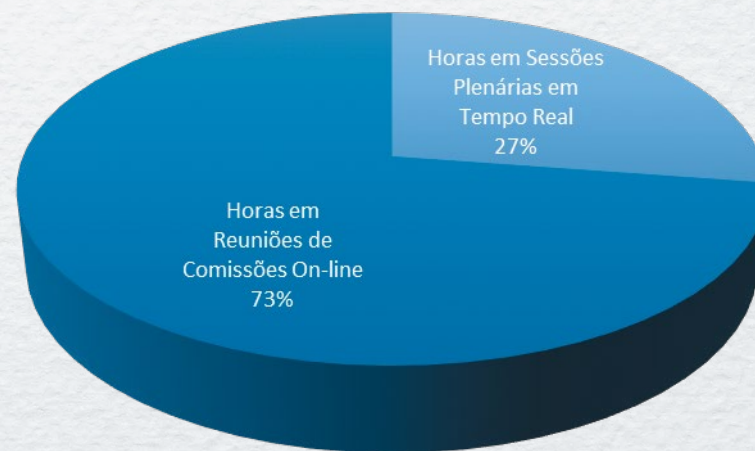


■ PLNs Aprovados ■ Vetos Apreciados

PRONUNCIAMENTOS

O Senado realiza o registro do uso da palavra durante as sessões plenárias, em tempo real, e as reuniões de comissões, inclusive as mistas do Congresso Nacional, e demais eventos de interesse legislativo sediados na Casa.

Foram atendidas, no ano de 2023, cerca de 611 horas de sessões plenárias, em tempo real, publicadas no sítio do Senado Federal no mesmo dia. Em comissões, foram atendidas no ano cerca de 1.619 horas de reuniões on-line e outros eventos, consolidando cerca de 2.230 horas, integralmente disponibilizadas como notas taquigráficas revisadas e publicadas na Internet e no Diário do Senado Federal.



Todas as notas taquigráficas compõem o Diário do Senado Federal e a ata das reuniões das comissões. Ficam disponíveis no portal do Senado na área de Atividade Legislativa e no site Senado Multimídia, que disponibiliza o registro dos trabalhos legislativos em áudio e vídeo.

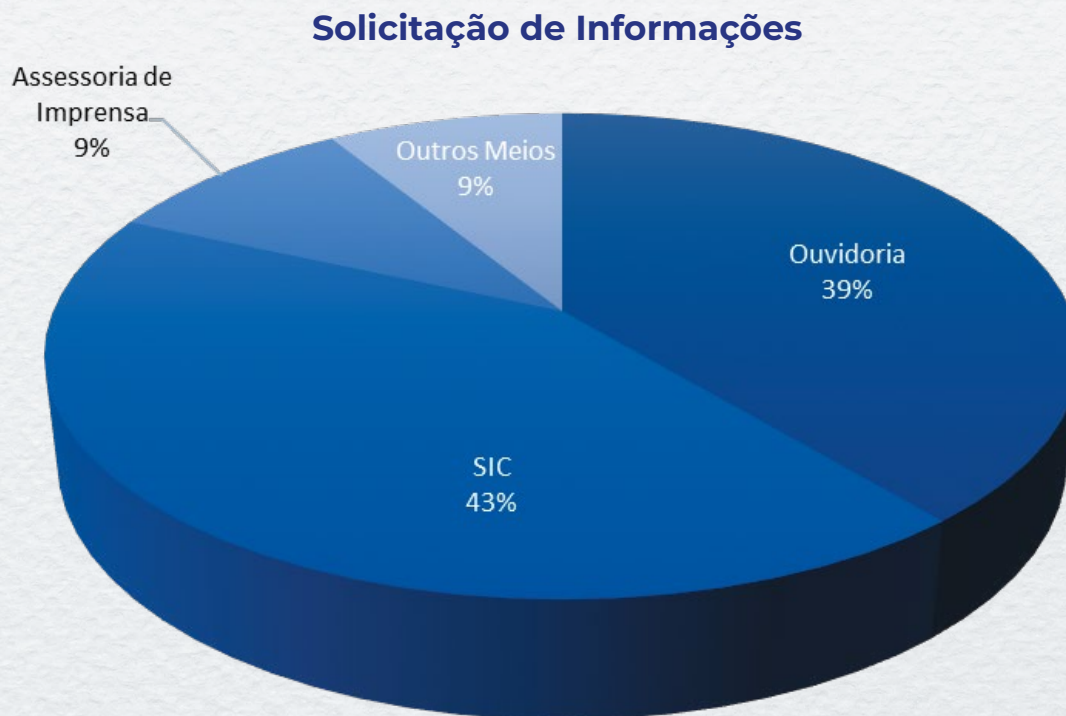
PROJETOS E INICIATIVAS

Pesquisa Legislativa

A Secretaria-Geral da Mesa (SGM) disponibiliza aos usuários e cidadãos o serviço de Pesquisa Legislativa, cujo objetivo é atender aos pedidos de acesso a informações jurídico-legislativas do Senado Federal e do Congresso Nacional, além de atender e orientar o usuário, presencial ou remotamente, a localizar as informações jurídico-legislativas divulgadas nos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Em 2023, o Serviço de Pesquisa Legislativa atendeu 966 solicitações de informação. Os principais canais utilizados foram a Ouvidoria, com 376 solicitações, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com 413 solicitações, e a Assessoria de Imprensa, com 92 solicitações.

Outras 85 demandas foram respondidas por demais meios.



Aplicativo do Senado

O Senado Digital passou por uma significativa atualização, simplificando e ampliando o uso da assinatura eletrônica para documentos legislativos. Atualmente, os parlamentares podem assinar por meio digital documentos de sua autoria enviados à SGM. Para 2024, espera-se a expansão desse recurso, permitindo que os legisladores assinem documentos gerados pelas comissões, além de possibilitar a assinatura de documentos legislativos produzidos pela SGM por deputados e servidores da Secretaria. Atualmente em fase piloto, a expectativa é que até 2024 o Senado Digital esteja totalmente implementado, envolvendo não apenas o aplicativo Senado Digital, mas também os sistemas Legis e SEDOL.

Essa atualização inclui a integração com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), proporcionando uma camada adicional de segurança. A utilização desse método de assinatura é particularmente relevante para documentos enviados a entidades externas, sendo obrigatória para certos documentos. Essa mudança representa uma significativa evolução no processo legislativo, simplificando procedimentos, promovendo a eficiência e atendendo aos requisitos contemporâneos de segurança digital.

Integração com aplicativo Infoleg

Ainda realizamos a implementação de duas novas funcionalidades essenciais por meio do Infoleg, o aplicativo de apoio ao processo legislativo da Câmara dos Deputados. Agora os deputados têm a capacidade de marcar presença e votar digitalmente, utilizando suas credenciais da Câmara, sem a necessidade de um cadastramento no Senado. Isso representa uma evolução notável, permitindo que os parlamentares participem ativamente das comissões, realizem votações e acessem os links das sessões virtuais de forma eficiente e conveniente.

Enquanto os deputados utilizam o Infoleg, os senadores contam com o Senado Digital, consolidando a integração desses dois sistemas por meio de um grupo de trabalho composto por servidores de ambas as Casas. Ambos os aplicativos estão disponíveis para download pelo público em geral, proporcionando acesso a informações relacionadas à atividade legislativa. No entanto, para os parlamentares, são oferecidas funcionalidades adicionais





essenciais para a gestão legislativa, como o registro de votos, a assinatura de documentos e o acesso aos links das reuniões remotas.

Inteligência Artificial da Atividade Legislativa

A SGM, em parceria com o Prodasen, está empenhada em explorar o potencial transformador da Inteligência Artificial (IA) por meio de novos projetos voltados para a otimização dos sistemas que sustentam o processo legislativo. A IA em fase de avaliação demonstra habilidades impressionantes, sendo capaz de formular ofícios, organizar normas jurídicas complexas e desempenhar diversas funções, destacando-se como uma tecnologia disruptiva que, no entanto, enfatiza a importância da participação humana. A necessidade de revisão humana é sublinhada como um processo essencial para calibrar a tecnologia, evidenciando o compromisso em explorar a IA para otimizar os recursos humanos na SGM.

O uso potencial da tecnologia está sendo avaliado em atividades como transcrição de texto, elaboração de projetos e respostas a questões de ordem. Essa abordagem inovadora coloca o Senado em uma posição proeminente nas discussões sobre a integração da IA no ambiente legislativo, oferecendo uma visão abrangente das capacidades da tecnologia e dos cuidados necessários para garantir sua utilização eficiente. O projeto representa um marco significativo na modernização e no aumento da eficiência dos processos parlamentares, reforçando o compromisso do Senado em estar na vanguarda da inovação no contexto legislativo.

Integração de IA de Degravação Automatizada ao Escriba

Com o objetivo de atualizar e otimizar processos de trabalho, a Secretaria de Registro e Redação Parlamentar (SERERP) iniciou, em agosto de 2023, testes na utilização de IA não-generativa para identificação de oradores pré-cadastrados e para aprimoramento da degravação automatizada.

Essa solução, fruto de parceria inédita com o Prodasen, tornará mais célere a produção das notas e deverá, no decorrer de 2024, ser completamente integrada ao sistema Escriba, que gerencia a produção das notas taquigráficas.

Aprimoramento da Atividade Legislativa

No ano de 2023, a Assessoria Técnico-Legislativa da SGM (ATL-SGM) deu início ao projeto de identificação de possíveis pontos e alternativas de aprimoramento das atividades legislativas. Esse projeto conta com alguns eixos estruturantes, que estão sendo objeto de estudo pelos assessores, inclusive mediante pesquisa de direito comparado, a fim de ser feito um diagnóstico a respeito de cada tema selecionado e, posteriormente, serem avaliadas as possibilidades de aprimoramento.

O setor também procedeu à atualização da versão digital do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), devido às alterações promovidas pela Resolução nº 14, de 2023, que criou as novas Comissões de Comunicação e Direito Digital e de Esporte, bem como transformou a Comissão Senado do Futuro em Comissão de Defesa da Democracia. Essa versão digital atualizada passou a ter o mesmo formato da versão impressa, com notas de rodapé, índice remissivo e quadros comparativos, trazendo mais facilidade para os usuários da publicação.

Sistema de Geração Automática do RISF Geração Automática do Regimento Interno

O Senado Federal implementou, em 2023, um sistema de geração automática do RISF. Essa inovação permite que as atualizações normativas sejam extraídas e organizadas de maneira eficiente por meio do Sistema de Gestão de Normas (Sigen), resultando em um produto final já diagramado. As resoluções para alterar o RISF também são consolidadas pelo Sigen, garantindo que todas as normas sigam o mesmo padrão. Isso não apenas proporciona ganhos significativos de eficiência, mas também reduz as chances de erros durante o processo de consolidação.

A geração automática a partir do Sigen eliminou a necessidade de lidar manualmente com ferramentas de editoração eletrônica, permitindo que a equipe se concentre integralmente na revisão do conteúdo. Em resumo, as alterações são estruturadas e compiladas automaticamente, passando por uma verificação humana antes de serem disponibilizadas no site, o que resulta em uma publicação de maior qualidade técnica, com mais segurança e rapidez.



Página CMO

A Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) realizou um importante trabalho junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), buscando integrar os sistemas das duas Casas e evitar retrabalho. Uma das ações para atingir esse objetivo, aprovada e acompanhada pelo Grupo de Trabalho de Integração Câmara e Senado, diz respeito ao histórico de composição da comissão desde a sua criação.

A Secretaria realizou esse levantamento ao longo do ano e o resultado está disponível no QR Code abaixo:



Elaboração de Emendas em Medidas Provisórias

O Senado e a Câmara assinaram o Ato Conjunto ASL nº 1/2022, como parte do Programa Processo Legislativo Digital, para implementar o uso do LexEdit na elaboração de emendas a medidas provisórias (MPVs). Esse projeto, resultado do grupo de trabalho

colaborativo entre as duas Casas, representa um avanço significativo na modernização do processo legislativo.

O LexEdit permite a produção automática da redação legislativa das emendas, intervindo diretamente no texto da MPV. A ferramenta possibilita a elaboração de emendas modificativas, aditivas e supressivas, permitindo combinações dessas operações, inclusive propostas de novos artigos.

O editor de emendas está disponível para todos os cidadãos e é acompanhado por vídeos instrutivos no menu “Ajuda”. O LexEdit, uma ferramenta multiplataforma, será obrigatório para senadores e deputados elaborarem emendas a MPVs, conforme regulamentação estabelecida. O projeto representa um marco na modernização legislativa, com o objetivo de aumentar a qualidade na elaboração de leis e integrar o editor aos protocolos eletrônicos das respectivas Casas.

Modernização da Página de Anais do Senado Federal

A mais recente versão da página de Anais do Senado visa facilitar o acesso e a pesquisa para todos os interessados em compreender a história do Parlamento e do Brasil. Os Anais, registros oficiais das sessões plenárias do Senado desde 1826 até 2013, agora estão organizados em três seções: “Anais do Império,” “Anais da República,” e “Constituintes,” que abrange os processos de elaboração das seis Constituições, incluindo a de 1988.

A nova página estabelece uma visão única e coerente do acervo digital de Anais, preservando o binômio “Memória x Acessibilidade e Transparência da Informação”: facilita a pesquisa aos que têm interesse na história e evolução do processo legislativo do Brasil; introduz novas ferramentas de pesquisa, como o Índice Onomástico do Império (1826 a 1888), que permite localizar a atividade par-

lamentar dos Senadores e outras autoridades no acervo digital; agrega informações sobre os livros; e, na medida do possível, integra-se às demais páginas com conteúdo histórico do Portal do Senado, a fim de tornar mais atrativa a interatividade do usuário.

Desenvolvida com base na experiência dos usuários, a reformulação da página é resultado do trabalho conjunto da SGM, do Prodasen e do Laboratório de Inovação. O acesso à nova página de Anais do Senado pode ser feito por meio do site “senado.leg.br”, na seção de publicações.

Painéis Legislativos

Os sistemas informatizados do Senado Federal guardam informações preciosas sobre a atuação dos senadores, no Plenário e em comissões, e sobre sua produção legislativa e seus pronunciamentos. O acesso a esses sistemas e a elaboração de relatórios específicos para atender novas necessidades da Casa podem ser um desafio. Nesse contexto, a ferramenta Qlik Sense permite fácil visualização dos bancos de dados legislativos e sua análise, em painéis, na forma de listas ou gráficos. A elaboração de pesquisas se dá de forma simples e intuitiva por cliques na interface gráfica do painel.

Os painéis “Senadores” e “Matérias Legislativas” foram disponibilizados para o público interno do Senado Federal, na ferramenta Galileu 2.0. No painel “Senadores” podem-se acessar, individualmente, proposições apresentadas, relatorias, sessões, missões, licenças, presença em reuniões de comissões, no intervalo de tempo que se deseje. Já o Painel “Matérias Legislativas” é focado na produção legislativa e permite extrair relatórios com cruzamento de várias informações como o tipo da proposição, ano, autor, decisão e classificação temática.

3 RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO



SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA

A Secretaria de Transparência é composta por três coordenações: a Assessoria de Transparência, que é responsável pela manutenção do Portal da Transparência do Senado Federal; o Observatório da Mulher Contra a Violência, que tem por atividade precípua a análise, consolidação e divulgação de dados, tanto primários como secundários, de violência contra a mulher; e também pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, que, dentre várias outras atividades, realiza pesquisas amostrais sobre os mais diversos temas que impactam, via de regra, as ações legislativas.

ASSESSORIA TÉCNICA DA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA

A Assessoria Técnica da Secretaria de Transparência do Senado Federal é responsável por executar o monitoramento da política de transparência pública da Casa. Essa atividade compreende a auditoria trimestral de centenas de conjuntos de dados publicados nos Portais de Transparência e de Dados Abertos do Senado Federal. Quando são identificadas inconsistências nas publicações, são tomadas providências para retificação da informação com os diversos órgãos da Casa provedores de conteúdo. Na auditoria realizada no primeiro trimestre de 2023, foram identificadas, por exemplo, 165 inconsistências.

A Assessoria também responde a solicitações de cidadãos relacionadas à Transparência. Ao longo de 2023, foram respondidas 20 mensagens que chegaram à Assessoria por meio da Ouvidoria do Senado Federal. Outra competência da Assessoria é secretariar os trabalhos do Conselho de Transparência e Controle Social do Sena-

do Federal. A ASTEC representa o Senado em parceria com outros órgãos, como é o caso da participação na *Open Government Partnership* (OGP).

Além das competências organizacionais, o órgão promove projetos especiais de transparência como o Curso de Transparência Pública, na plataforma Saberes do ILB; o Índice de Transparência dos portais Legislativos, em parceria com a Câmara dos Deputados; e eventos como *hackatons* e curso de *python*.

O quadro a seguir apresenta as principais atividades permanentes da Assessoria Técnica e os indicadores relacionados a essas atividades:

Atividade	Indicador
Monitoramento das publicações do Portal da Transparência do Senado Federal	Monitoramento trimestral de 240 conjuntos de dados publicados nos diversos sites que compõem o Portal
Retificação de inconsistências nas publicações do Portal da Transparência	No monitoramento do primeiro trimestre de 2023, foram identificadas, por exemplo, 165 inconsistências
Atendimento de solicitações de cidadãos sobre a Transparência do Senado Federal	Ao longo de 2023, foram respondidas 20 mensagens que chegaram à Assessoria por meio da Ouvidoria do Senado Federal

E-CIDADANIA

O e-Cidadania é um portal criado em 2012 pelo Senado Federal, com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado.

Em 2023, o portal foi acessado 30.101.778 vezes por 7.208.923 usuários distintos¹.

Existem quatro ferramentas de participação disponíveis no e-Cidadania, que são: Ideia Legislativa, Evento Interativo, Consulta Pública e Oficina Legislativa.

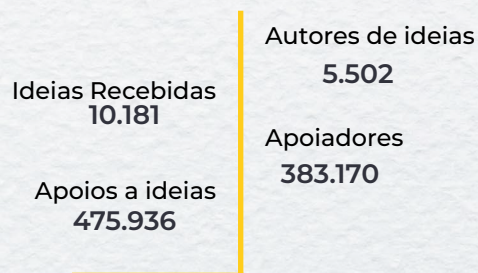
¹- Fonte: Google Analytics (01/01 a 03/10) e Google Analytics 4 (04/10 a 31/12).



Ideia Legislativa

A ferramenta Ideia Legislativa foi criada em 2012 e regulamentada pela Resolução do Senado nº 19/2015 e pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. As ideias para criação de leis têm o prazo de 4 meses para receber 20 mil apoios e serem encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde são debatidas pelos senadores e recebem parecer.

Ideias Legislativas - 2023



Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania:



Eventos Interativos

Desde 2016, todas as audiências públicas e sabatinas de autoridades são interativas. Outros eventos, como palestras, seminários e sessões de debate temático, também têm sido interativos. Qualquer pessoa pode participar dos eventos interativos do Senado, por meio da internet ou por telefone, enviando perguntas e comentários, que serão entregues aos senadores e autoridades presentes.

Eventos Interativos - 2023



Consulta Pública

Essa ferramenta de participação popular foi criada em 2013 em cumprimento à Resolução do Senado nº 26/2013. Todas as proposições legislativas podem receber opiniões desde o início até o fim de sua tramitação no Senado.

Consultas Públicas - 2023

Votantes	Proposições que receberam votos
1.105.838	
Votos registrados	
1.243.649	2.599

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania:



Oficina Legislativa

A Oficina Legislativa incentiva os estudantes a pensar em melhorias para o país ou para a área de conhecimento do seu curso superior por meio de etapas de criação e avaliação de ideias legislativas que podem ser debatidas pelos senadores e transformadas em leis. Planos de aulas estão disponíveis para professores e podem ser usados conforme melhor se encaixarem na rotina educacional. Estudantes também podem ter acesso ao material didático para acompanharem as aulas. Uma declaração é fornecida pelo Senado para o professor que cadastrar turmas e tiver as ideias legislativas apresentadas por seus alunos no Portal e-Cidadania.

Oficinas Legislativas - 2023

Turmas que realizam oficinas	Estudantes autores de ideias legislativas
250	1.059
Ideias legislativas elaboradas em oficinas	Municípios com turmas cadastradas
1.205	394
Estados com turmas cadastradas	Turmas cadastradas
27	1.203
	Professores cadastrados
	761

Fonte: Sistema Arquimedes, Relatórios de Desempenho do Portal e-Cidadania:



260 comentários para eventos públicos interativos
201 ideias legislativas.

OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e implantada pelo Ato da Mesa Senado Federal nº 1 de 16 de junho de 2011, a Ouvidoria do Senado Federal é o elo entre a sociedade e a Instituição. É competência da Ouvidoria receber, registrar e dar tratamento adequado às sugestões, críticas, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, encaminhadas pelo cidadão, sobre as atividades do Senado Federal, especialmente sobre o funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O cargo de ouvidor-geral é exercido por um(a) senador(a) indicado(a) pela Presidência do Senado Federal.

Gestão 2023/2024 Ouvidor-Geral do Senado, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Em 2023, várias organizações manifestaram interesse em compreender e se inspirar no funcionamento do sistema de tramitação de demandas e na eficiência da Ouvidoria do Senado Federal. É positivo saber que a Ouvidoria está estabelecendo relações e parcerias importantes com diversas instituições, como a Câmara Municipal de Recife/PE, a Câmara Municipal de São Paulo, a Câmara Municipal de Pimenta Bueno/RO, a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, o Ministério da Educação (MEC) e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE). A busca pela compreensão do funcionamento do sistema Conecte e o reconhecimento da Ouvidoria como referência são indicativos do impacto positivo que o Senado Federal está causando em diferentes esferas governamentais.

A assinatura do protocolo de intenções com a Câmara Municipal de Recife/PE será um ponto significativo para fortalecer os laços



entre o Senado Federal e o legislativo municipal, promovendo uma colaboração mais estreita na direção das demandas legislativas. O interesse expresso pela Câmara Municipal de São Paulo em entender o funcionamento do sistema Conecte é uma demonstração do reconhecimento da eficiência e transparência do Senado Federal nesse aspecto.

Além disso, a visita de representantes da Câmara Municipal de Pimenta Bueno/RO, da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, do Ministério da Educação (MEC) e do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) demonstra a relevância da Ouvidoria do Senado Federal como uma referência em boas práticas e indicadores de qualidade, despertando interesse em compreender e aplicar esses padrões em suas respectivas instâncias.

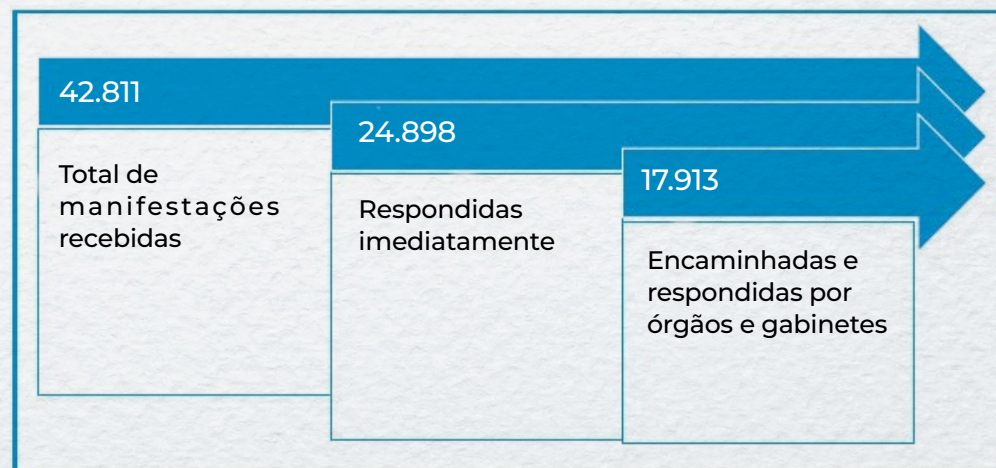
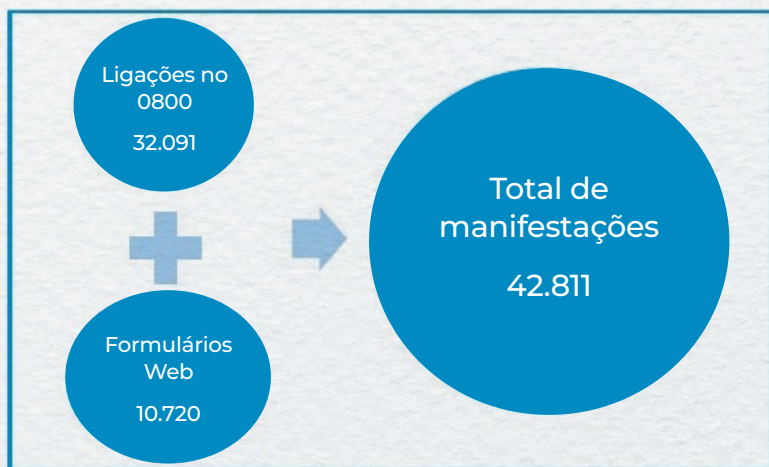
É fundamental continuar promovendo essas trocas de conhecimento e experiências, contribuindo para o fortalecimento das instituições públicas. A troca de experiências e a colaboração entre

essas instituições podem contribuir para o aprimoramento dos processos legislativos, bem como para o fortalecimento das relações entre os diferentes níveis de governo. Essas iniciativas promovem a transparência, eficiência e aperfeiçoamento constante das práticas institucionais.

As manifestações/demandas passam por análise de conteúdo após o registro e são respondidas imediatamente pela Ouvidoria ou encaminhadas a um órgão em busca da devida resposta, que, posteriormente, é enviada ao cidadão. Quando o conteúdo é inadequado, como nas demandas ofensivas, incompreensíveis, ou quando as ligações não são concluídas, inviabilizando o tratamento, as demandas são arquivadas.

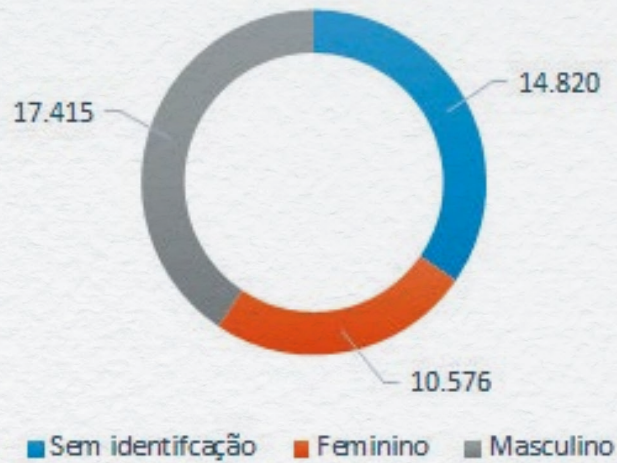
Ouvidoria em números:

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram recebidas, por meio do 0800 e dos formulários *web* da Ouvidoria um total de **42.811** manifestações de cidadãos de todo o Brasil.

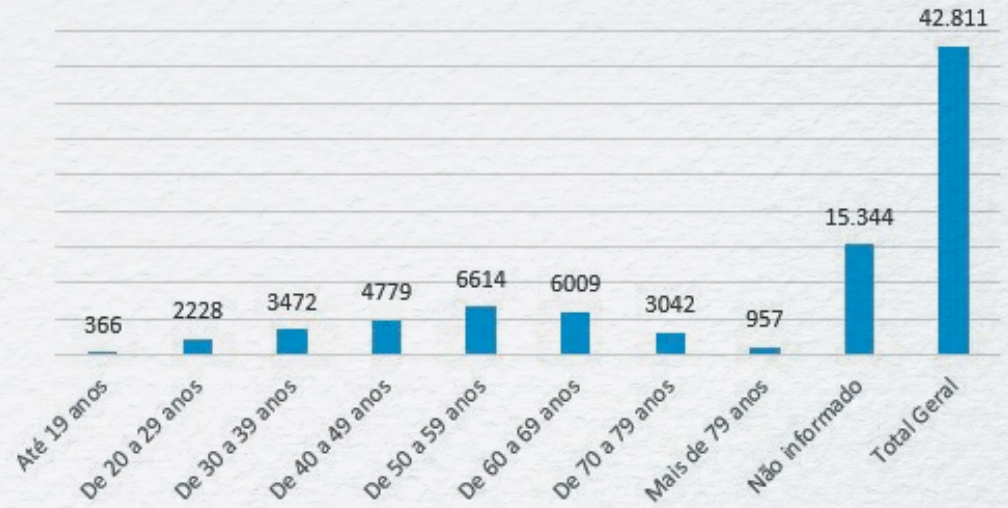


O perfil dos usuários na Ouvidoria é estimado por meio das informações de gênero, faixa etária e escolaridade. Para os cidadãos que receberam o atendimento no 0800 e não concordaram em efetuar o cadastro, os dados de perfil não são informados.

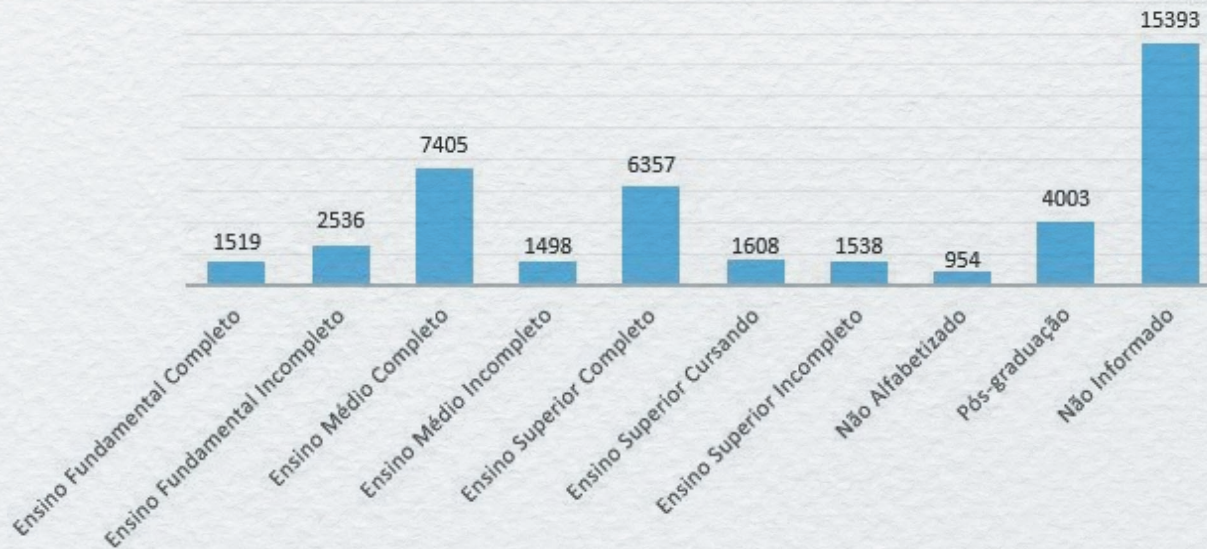
Manifestações classificadas por gênero - 2023



Manifestações classificadas por faixa etária - 2023



Manifestações classificadas por escolaridade - 2023



Parceria da Ouvidoria

Em 2023, a Ouvidoria recebeu 873 pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei 12.527/2011, e 88 pedidos fundamentados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018, que foram encaminhados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no Senado.

A Ouvidoria do Senado Federal, em 2023, recebeu um total de 21 demandas relacionadas à parceria entre a Procuradoria Especial da Mulher e o Observatório da Mulher Contra a Violência. Dentre es-

sas, 12 demandas foram encaminhadas pela Procuradoria Especial da Mulher, enquanto que o Observatório recebeu 9 demandas, demonstrando um engajamento nessas importantes iniciativas.

Comparando com 2021, o ano de 2023 registrou quase quatro vezes mais comentários em eventos públicos interativos, totalizando 260 comentários, em comparação com os apenas 66 recebidos em 2021. Além disso, o número de ideias legislativas quase dobrou em relação ao mesmo período, com 201 ideias em 2023, em comparação com as 106 registradas em 2021.



INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO

O Instituto DataSenado foi criado em 2005 para acompanhar a opinião pública sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso Nacional.

Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuído para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

O DataSenado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos (CDH), e sob a iniciativa e requerimento de seu presidente, senador Paulo Paim (PT-RS), realizou ciclo de debates abordando o tema “A fome no Brasil”. Foram realizadas três audiências públicas, em 27 de março, 8 de maio e 19 de junho de 2023. Entre as conclusões e encaminhamentos derivados do debate público, emergiu a necessidade de aprofundar o estudo e coleta de dados sobre a fome e a pobreza, uma vez que o Brasil sofreu um “apagão” de dados oficiais desde 2018, data da divulgação da última pesquisa do IBGE a respeito. Para além disso, o DataSenado criou e apresentou painel de dados sobre a fome e a pobreza no Brasil,

que permite análises segmentadas, como a apresentada em audiência pública no dia 7 de dezembro de 2023 na CDH.

No período de janeiro a dezembro de 2023, o DataSenado ouviu 26.625 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Foram feitas cinco pesquisas nacionais quantitativas telefônicas; um estudo com dados secundários; uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas em profundidade. Em relação às enquetes, foram feitas onze entre janeiro e novembro. Elas são feitas mensalmente e têm o objetivo de estimular o debate na sociedade de temas em pauta no Congresso Nacional.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração da Casa. Entre junho e setembro, foram feitas cinco pesquisas demandadas por órgãos do Senado.

O quadro seguinte enumera as enquetes e pesquisas realizadas pelo DataSenado em 2023:

Tema ou Título	Nº de respondentes
Fake News	2.068 cidadãos de 16 anos ou mais
Violência nas Escolas	(mesmo campo da Pesquisa de Fake News)
Estatuto da Pessoa Idosa	2.013 cidadãos de 16 anos ou mais
Política de atividades físicas para a pessoa idosa	(mesmo campo da Pesquisa Estatuto da Pessoa Idosa)
Violência doméstica e familiar contra as mulheres	21.787 cidadãs de 16 anos ou mais

Tema ou Título	Nº de respondentes
Percepção dos profissionais e voluntários que combatem a fome no Brasil	20 profissionais e voluntários que combatem a fome no Brasil
Serviços e produtos da Biblioteca do Senado	32 colaboradores do Senado Federal
Acessibilidade no Senado Federal	635 colaboradores do Senado Federal
Equidade de Gênero	714 colaboradores do Senado Federal
Satisfação dos Gabinetes (DGER)	84 colaboradores do Senado Federal
GT Raça	463 colaboradores do Senado Federal
Concessão da exploração econômica sustentável de áreas de preservação ambiental e comercialização dos créditos de carbono correspondente	132 internautas
Projeto para tornar o modelo USB-C como padrão de carregador de aparelho celular	48 internautas
Projeto para facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 anos	60 internautas
Fomento à contratação de mulheres acima de 50 anos	60 internautas
Tempo como um bem jurídico do consumidor	47 internautas
O papel da escola na promoção da saúde e na prevenção do uso de drogas	64 internautas
Combate ao racismo por meio da educação	37 internautas
Obrigatoriedade de hospitais serem equipados para receber pessoas com deficiência	49 internautas
Venda fracionada de remédios	53 internautas
Uso do FGTS em construções ou reformas	121 internautas
Direito a acolhimento emergencial para morador de rua ou de área de risco	66 internautas

REDES SOCIAIS



Facebook

890
publicações

1.212
stories publicados

3,2 milhões
de seguidores



Instagram

894
publicações

1.186
stories publicados

2,2 milhões
de seguidores

196 mil
novos seguidores



X (antigo Twitter)

5.842
publicações

47,4 milhões
de impressões no ano

1,3 milhão
de seguidores



Tik Tok

112
publicações

513 mil
curtidas

5,5 milhões
de visualizações em vídeos

55,9 mil
seguidores

VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL

O Programa Visite o Congresso é uma parceria entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para a realização de visitas institucionais nas dependências das duas Casas Legislativas.

Em 2023, o Programa Visite o Congresso foi reestabelecido pelo Senado no mês de março, por conta dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, e funcionou de forma regular até o mês de dezembro. A Câmara dos Deputados voltou a realizar a visita no mês de abril.

O roteiro das visitas presenciais segue com a apresentação dos principais espaços do palácio do Congresso Nacional, como o Sa-

lão Negro, Salão Verde, Salão Azul e Plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A proposta de aproximar o cidadão brasileiro da realidade política e institucional do parlamento foi inteiramente atingida por meio do Programa Visite o Congresso.

Com o retorno da visita presencial, a visita virtual foi suspensa e está em fase de reestruturação. Deverá ser retomada, em paralelo à visita presencial, no segundo semestre de 2024.



4 GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL



O impacto das organizações no meio ambiente e na comunidade tem ficado mais evidente a cada dia, ao mesmo tempo que a cobrança por ações de sustentabilidade tem se tornado maior. O termo Environmental, Social and Governance (ESG – sigla em inglês) ou Ambiental, Social e Governança (ASG — em português) tornou-se uma forma de definir se as organizações são socialmente responsáveis, sustentáveis e corretamente gerenciadas.

O Senado Federal, ao definir o modelo de governança da Casa em seu Regulamento Administrativo (RASf) evidencia seu compromisso com a responsabilidade socioambiental:

Sistemática pela qual a gestão da Casa é dirigida, monitorada, controlada e incentivada a atuar no interesse da sociedade brasileira, baseada nos princípios constitucionais da administração pública e nos princípios da transparência, responsabilização, equidade e responsabilidade socioambiental, com vistas a garantir, entre outros, o alinhamento das ações organizacionais à estratégia institucional, à eficiência no uso de recursos, à gestão dos riscos corporativos e à avaliação de desempenho organizacional.

(RASf – Art. 2º, I, Anexo VII)

Merece destaque, também, a instituição da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2013, que evidenciou os seguintes princípios:

- a eficiência;
- a equidade;
- a acessibilidade;
- o uso racional dos recursos e bens disponíveis no meio ambiente de trabalho;
- a responsabilidade socioambiental, no que concerne à decisão de contribuir voluntariamente em prol de um meio ambiente de trabalho mais saudável;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- a promoção e a sustentabilidade de iniciativas culturais;
- a valorização da cidadania;
- a promoção do desenvolvimento comunitário.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA

O Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal é uma assessoria técnica, dentro da estrutura da Secretaria da Transparência, vinculada diretamente à estrutura e aos trabalhos do Instituto de Pesquisa DataSenado. Foi criado em março de 2016, por meio da Resolução do Senado nº 7, de 2016, como resultado de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, ocorrida em 2013.

Desde sua criação, tem apoiado e subsidiado o trabalho dos senadores e senadoras, especialmente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Bancada Feminina do Senado Federal.

No período de 2021 a 2023, o Observatório realizou diversos trabalhos técnicos, bem como pesquisas em conjunto com o DataSenado. A mais importante delas é a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada no ano de 2023, em sua 10ª edição e com número recorde de mais de 21 mil mulheres ouvidas, tornando-se, assim, a maior pesquisa sobre o assunto no Brasil.

A amostra ampliada nesta edição permitirá, pela primeira vez, análises em nível estadual. No mais, é a mais longa série histórica sobre a temática no país, tendo sido criada em 2005 como subsídio à Lei Maria da Penha.

Em 2023, o enfoque do Observatório foi a transparência de dados primários e secundários sobre a violência contra a mulher. O principal trabalho neste sentido foi o Mapa Nacional da Violência de Gênero, plataforma interativa que reúne, pela primeira vez, as bases de dados mais importantes do país relacionadas ao tema.

A Plataforma é repositório nacional das bases de Saúde (DataSUS), de Justiça (CNJ-DataJus), de Segurança Pública (Sinesp) e da própria a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher do DataSenado/OMV, já citada. Os dados da Segurança Pública, em especial, se destacam, pois existem dificuldades em relação à existência de uma base nacional integrada desses dados, com informações completas relacionadas às variáveis importantes para a análise da violência contra a mulher. Mas o Observatório, por meio de Acordo de Cooperação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo como instrumento o Mapa Nacional, está em busca de soluções que sejam eficazes para a transparência e integração dos dados de todas as UFs.

No âmbito das ações relacionadas à plataforma, foram realizados Acordos de Cooperação importantes, especialmente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, já citado, além de Protocolo de Intenções entre o Presidente do Senado Federal e o Ministro da Justiça e Segurança Pública. Tal protocolo versa sobre o compartilhamento dos dados completos de Segurança Pública, fato inédito no Brasil.

No mais, foram feitas análises de dados por meio de boletins e notas técnicas, elaboração de protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência no Senado Federal, atendimento às demandas estaduais relacionadas ao apoio técnico para criação de áreas especializadas no trabalho com dados relativos à violência contra mulheres, a reformulação e atualização da página do Observatório no portal do Senado, participação em audiências públicas e eventos, entre outras ações.

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

Cabe ao Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça elaborar, promover e coordenar as ações de equidade que visam garantir o bem-estar coletivo, o convívio harmônico, a igualdade de oportunidades e interações livres de preconceito no Senado Federal. O desenvolvimento das ações do Comitê funciona como orientação para as políticas de equidade de gênero e raça da Casa, uma vez que a existência de um setor organizado para atender às especificidades das diversidades de gênero e raça contribui para inspirar os caminhos a serem seguidos pelo Senado Federal – tanto em sua administração interna quanto em sua relação com demais órgãos públicos.

Para concretizar suas ações, o Comitê conta com o colegiado composto por diversos órgãos da Casa, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 5486/2023, e uma equipe administrativa. O “Plano de Equidade de Gênero e Raça (2021 - 2023)”, estabelece as metas, objetivos e indicadores a serem executados, tendo por finalidade efetivar as premissas mencionadas acima a partir dos recortes de gênero e raça.

De 2021 até 2023, o Comitê tanto cumpriu metas previstas no Plano quanto realizou uma série de outras ações em prol da equidade que vieram como sugestões e pedidos de membros/as do próprio Comitê e de demais áreas da Casa. Ressalta-se esse ponto, pois o Comitê também conseguiu se manter orgânico e flexível, aderindo às demandas e atendendo às necessidades que surgiram ao longo do período de execução do Plano.



As parcerias mantidas com as demais áreas do Senado Federal foram e são essenciais para os resultados obtidos pelo Comitê. Entende-se que esse trabalho colaborativo e dialógico segue sendo o mais efetivo para a promoção, a execução e a capilaridade das ações de diversidade, equidade e inclusão.

Em 2023, o Comitê contou com um duplo desafio: concluir as ações que estavam pendentes do atual Plano (2021-2023) e construir e publicar um novo Plano, contendo o planejamento, os objetivos e as metas das ações para o período de 2024 até 2026.

O Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR) para o período de 2021-2023 compreendeu 26 objetivos distribuídos em 53 iniciativas, alcançando um notável índice de cumprimento de metas de 90%. Apenas 6% das

metas foram parcialmente cumpridas, enquanto 4% estão em fase de conclusão. Das iniciativas em fase de conclusão, vale destacar que duas delas serão incorporadas ao PEGR 2024-2025, uma vez que foram iniciadas em 2023 e têm previsão de conclusão em 2024. Estas ações específicas são: 4.1. Instituição do Programa Pai Presente e 4.2.2. Realização de um curso de liderança voltado para mulheres pardas e pretas não ocupantes de função comissionada.

Quanto às ações parcialmente cumpridas, é relevante esclarecer que as metas 2.4. e 2.5. contemplavam a criação de cursos com carga horária de 60 horas. Embora os cursos tenham sido concluídos e entregues, a carga horária ficou aquém do inicialmente planejado. Por outro lado, o resultado-chave 3.3.3., que visava capacitar gestores/as de cada Secretaria sobre o tema do assédio, por meio do curso EAD oferecido pela plataforma Saberes, foi parcialmente cumprido de acordo com o estabelecido. Nesse caso, a capacitação ocorreu em formato presencial, por meio do Programa de Formação Gerencial e no Encontro de gestoras e gestores para o lançamento da 4ª Fase da Campanha contra o Assédio.

O Plano de Equidade de Gênero e Raça 2024-2025 do Senado Federal foi produzido e coordenado pelo Comitê e será lançado em março de 2024. É resultado da colaboração entre 21 representantes de 19 setores do Senado Federal, considerando sua característica de interdisciplinaridade. Foram realizadas ao todo 16 reuniões, sendo duas gerais e 14 setoriais, resultando na definição de 34 objetivos e 79 iniciativas, em sua maioria inovadoras, com os respectivos resultados-chave, metas e indicadores, distribuídos em cinco eixos temáticos: Comunicação, Educação e Cultura, Cultura Organizacional, Gestão e Saúde. Destaca-se a atualização do eixo Educação para Educação e Cultura, alinhado com a Comissão de Educação e Cultura da Casa.

Destacamos algumas das ações que foram realizadas pelo Comitê ao longo do ano de 2023:



- Conclusão do Plano de Equidade do Senado para o biênio 2021-2023;
- Produção do Plano de Equidade do Senado para o biênio 2024-2025;
- Apresentação do Plano de Equidade 2024-2025 ao Ministério da Igualdade Racial;
- Realização do evento “Parlamentos abertos e inclusivos: experiências e estratégias na América Latina”, em parceria com o ParIAmericas, para debater estratégias e experiências inclusivas nos legislativos dos países da América Latina;
- Realização da 4ª Fase da Campanha contra o Assédio;
- Realização do Programa de Liderança para Mulheres;
- Realização do evento Palestra Mulheres e homens construindo um setor público com mais equidade – em parceria com a Câmara dos Deputados e com o Tribunal de Contas da União;

- Publicação do Ato da Diretoria-Geral nº 25/2023, que incentiva a mobilidade sustentável;
- Lançamento do curso “Temas Contemporâneos de Gênero e Raça”, voltado para servidoras e servidores do Senado Federal;
- Publicação de relatórios das pesquisas sobre “Representações de Gênero”, “Equidade de Gênero” e “Diversidade étnico-racial”, estudos feitos na comunidade interna do Senado Federal;
- Realização da campanha Março Mulheres, com programação em celebração ao Dia Internacional das Mulheres;
- Realização da campanha Junho LGBTQIA+, com programação em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+;
- Realização da campanha Outubro Rosa, com programação para conscientização sobre o câncer de mama e o câncer de colo uterino;
- Realização da campanha 21 dias de ativismo, com programação pelo fim da violência contra mulheres;
- Recepção de estagiárias/os e jovens aprendizes com palestra sobre assédio e outras violências;
- Publicação da “Cartilha sobre Assédio” atualizada e do “Guia para Gestoras e Gestores: equipes unidas fazem um Senado livre de assédio”;
- Lançamento do livro “Equidade de Gênero no Senado: um relato da mudança da cultura organizacional por meio da ação gerencial”;
- Lançamento da segunda versão do “Guia de Inclusão e Diversidade LGBTQIA+”;
- Promoção do “Grupo Reflexivo sobre Masculinidade” para estagiários e jovens aprendizes do Senado Federal;
- Elaboração de estudo e protocolo de atendimento às colaboradoras nos casos de violência doméstica e familiar.

Além disso, o Comitê esteve presente em diversos eventos, entre os quais o I Seminário de Planejamento Estratégico para a Gestão da Diversidade, Equidade e Inclusão do MME e Entidades Vinculadas, o XIX Encontro Nacional de Controle Interno – em Campo Grande/MS, e o Seminário Nacional de Ouvidoria – em Fortaleza/CE, a convite do Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Controle Interno e da Controladoria-Geral da União, respectivamente.

Há dois grupos de trabalho, vinculados e integrados ao Comitê, que atuam na execução dos Planos e na promoção da equidade no Senado Federal e nos demais órgãos públicos federais, sendo eles: o Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e a Rede Equidade. Ressalta-se que ambos foram iniciativas conjuntas entre a Diretoria-Geral do Senado Federal e o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, em conformidade com os Planos de Equidade dos períodos de 2019-2021 e de 2021-2023.



HISTÓRICO

2011

Adesão ao Programa Pró-Equidade



- Comitê Gestor: Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011.
- Recebimento de três Selos pelo compromisso com a Equidade.

2015

Criação do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça



- Portaria da Diretoria-Geral nº 2.511 de 2015/ Portaria da Diretoria-Geral nº 5.483 de 2023.

2019

Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR 2019-2021.



- Criação do Grupo de Trabalho de afinidade de Raça.
- Portaria da Diretoria-Geral nº 1.865 de 2020.
- Projeto Racismo em Pauta.
- Observatório Equidade no Legislativo

2021

Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR 2021-2023.



- Criação da Rede Equidade.
- Acordo de cooperação Técnica nº 2021/0235.

2023

Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR 2024-2025.



- Lançamento em Março de 2024.



Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça



O Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça planeja, elabora e executa um conjunto de ações que envolvem temas relacionados às identidades étnico-raciais e ao racismo, compreendendo que tais marcadores impactam diretamente na vida e na trajetória individual e coletiva de trabalhadoras e trabalhadores do Senado Federal.

Em atuação colaborativa com o Comitê, o Grupo de Trabalho (GT) de Raça tem por finalidade promover estratégias e ações para fomentar uma maior igualdade de oportunidades entre as diversas identidades étnico-raciais presentes na Casa. Além disso, busca manter um ambiente seguro, acolhedor e de fortalecimento entre colaboradoras e colaboradores que são afetados pelas desigualdades e pelas violências causadas pela discriminação racial e pelo racismo.

O Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça contribuiu para a conclusão do Plano anterior, tendo executado mais ações de equidade com foco em raça/etnia, e, também, esteve presente na construção do novo Plano.

Seguem algumas das ações realizadas, no ano de 2023, pelo Comitê e pelo GT de Raça:

- Publicação de artigos na série “Racismo em Pauta”;
- Lançamento do e-book com os artigos da série “Racismo em Pauta”;
- Realização de rodas de leitura com ênfase nas experiências e perspectivas das mulheres negras e da população indígena;
- Atualização do “Observatório Equidade no Legislativo”;
- Realização do Fórum sobre “Mulher Negra na Administração Pública”;
- Exposição da mostra “Nossa Luta: a perseguição aos negros durante o holocausto” (MUHCAB), presencial no espaço do Senado Federal;
- Publicação do “Guia Quesito Cor/Raça”;
- Lançamento do Curso sobre o Estatuto da Igualdade Racial;
- Lançamento do Curso do Racismo Estrutural;
- Lançamento do Curso de Liderança para Mulheres Negras;
- Publicação de artigos de especialistas na página do Observatório de Equidade;
- Lançamento do I Seminário Expressões e Vivências Negras em Movimento, promovido pelo Senado Federal em parceria com o Sindilegis, TCU e Câmara dos Deputados;
- Participação no II Seminário Direitos Humanos na Gestão pública: Diversidade, Equidade e Inclusão, promovido pela Rede Equidade.



INDICADORES DE GÊNERO E RAÇA - PERFIL FUNCIONAL DO SENADO FEDERAL

Distribuição da força de trabalho por gênero				
Cargo	Feminino	Masculino	% Feminino	% Masculino
Efetivas/os	571	1.422	29%	71%
Comissionadas/os	1.929	1.939	49%	50%
Terceirizadas/os	980	1.153	46%	54%
Estagiárias/os	249	122	67%	33%
Jovens aprendizes	20	26	43%	57%

Dados obtidos em: 31/12/2023

Distribuição da força de trabalho por cor/raça e etnia						
Cargo	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado
Efetivas/os	1.5%	63%	0.5%	25%	3%	7%
Comissionadas/os	1.5%	54%	0.5%	36%	7%	1%
Terceirizadas/os	3%	52%	0.5%	29%	10.5%	5%
Estagiárias/os	1.5%	46%	0%	40.5%	11%	1%

Dados obtidos em: 31/12/2023

Força de trabalho feminina por vínculo	
Cargo	Percentual
Efetivas	1.5%
Comissionadas	51%
Terceirizadas	26%
Estagiárias	7%
Jovens aprendizes	1%
Total	3.749/100%

Dados obtidos em: 31/12/2023

Distribuição das(os) servidoras(es) por cor/raça e etnia		
Raça	Total	Percentual
Branca	1.476	51%
Parda	803	32%
Preta	125	5%
Amarela	48	2%
Indígena	4	0.5%
Não informado	44	1.5%
Total	2500	100%

O percentual de servidoras(es) está relacionado ao conjunto de efetivas(os) e comissionadas(os).

Dados obtidos em: 31/12/2023

Distribuição das(os) servidoras(es) por gênero				
Cargo	Feminino	Masculino	% Feminino	% Masculino
Servidoras/es	2.500	3.361	43%	57%

O percentual de servidoras(es) está relacionado ao conjunto de efetivas(os) e comissionadas(os).

Dados obtidos em: 31/12/2023

Servidoras(es) efetivas(os) por função comissionada e gênero

Cargo	Homens com FC	Percentual masculino	Cargo	Mulheres com FC	Percentual feminino	Total
Total	699	69%	Total	316	31%	1.015
FC-1	76	66%	FC-1	40	34%	116
FC-2	286	66%	FC-2	149	34%	435
FC-3	312	73%	FC-3	117	27%	429
FC-4	24	73%	FC-4	9	27%	33
FC-5	1	50%	FC-5	1	50%	2

Dados obtidos em: 31/12/2023

Servidoras (es) efetivas (os) por função comissionada e raça/etnia

Cargo	Amarela		Branca		Parda		Preta		Não informado	
FC-1	4	4%	72	62%	27	23%	5	4%	8	7%
FC-2	7	2%	263	60%	118	27%	16	4%	31	7%
FC-3	7	2%	274	64%	115	27%	10	2%	23	5%
FC-4	0	0%	25	76%	4	12%	1	3%	3	9%
FC-5	0	0%	1	50%	0	0%	0	0%	1	50%

Dados obtidos em: 31/12/2023

Alta administração (Sexo e Raça)					
Cargo	Homens com FC-5	Percentual masculino	Cargo	Mulheres com FC-5	Percentual feminino
FC-5	1	50%	FC-5	1	50%
Cargo	Amarela	Branca	Parda	Preta	Não informado
FC-5	0	1	0	0	1
FC-5	0%	50%	0%	0%	50%

Espera-se que as ações de equidade que são executadas e promovidas pelo Senado Federal tenham capilaridade e sirvam também de referência para outras organizações,

instituições e para a sociedade civil. Afinal, a inclusão, a diversidade e a igualdade de oportunidades são valores que devem ser buscados por todas e todos.



REDE EQUIDADE

A Rede Equidade, de iniciativa do Senado Federal, foi lançada oficialmente em 11 de março de 2022, contando, inicialmente, com a parceria de dez instituições públicas federais, em um esforço colaborativo para a promoção da inclusão da diversidade e equidade, com vistas ao alcance de uma sociedade mais justa, solidária e sem qualquer forma de discriminação, preconizada no artigo 3º, da Constituição Federal de 1988.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2021/0235

que entre si celebram, o **SENADO FEDERAL**, o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, o **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, a **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, a **CÂMARA DOS DEPUTADOS** e o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** com o objetivo de implementação e ações em conjunto, cuja finalidade é a promoção de ações voltadas para Inclusão e Diversidade, com foco em Gênero e Raça para o alcance da igualdade e equidade.

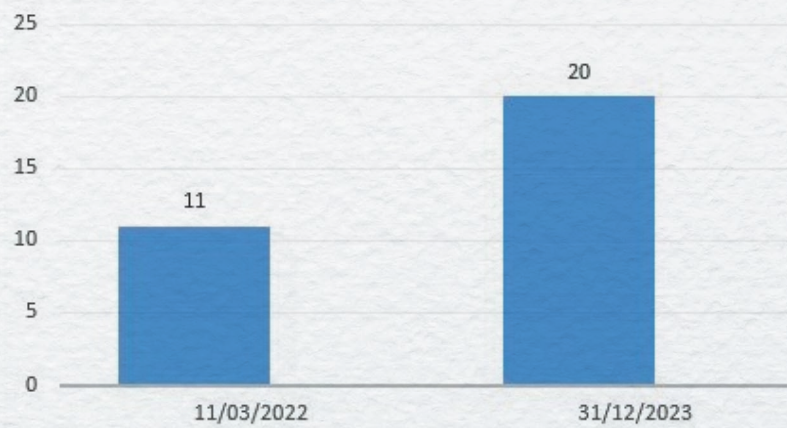
O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela Diretora-Geral do Senado, ILANA TROMBKA, o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO- TCU**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.414.607/0001-18, com sede no Setor de Administração Federal Sul



COMPOSIÇÃO

O Plano de Trabalho da Rede Equidade prevê a sua expansão e atuação em âmbito nacional. Assim, após simplificação do processo de adesão, a Rede passou a contar, em 31/12/2023, com vinte partícipes.




Rede Equidade Número de Partícipes



Composição em 31/12/2023

1.	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
2.	Câmara dos Deputados – CD
3.	Conselho da Justiça Federal – CJF
4.	Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI
5.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ
6.	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
7.	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
8.	Defensoria Pública da União – DPU
9.	Empresa Brasil de Comunicação – EBC
10.	Empresa Nacional de Administração Pública – ENAP
11.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
12.	Ministério de Minas e Energia – MME
13.	Ministério Público do Trabalho – MPT
14.	Senado Federal – SF
15.	Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM
16.	Superior Tribunal de Justiça – STJ
17.	Tribunal de Contas da União – TCU
18.	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
19.	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13
20.	Tribunal Superior Eleitoral - TSE

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

 Missão	Promover a igualdade e equidade na gestão pública, por meio de ações de Inclusão e Diversidade, com abordagem interseccional, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
 Visão	Ser uma Rede de referência nacional em promover a inclusão da diversidade na administração pública.
 Valores	Integridade; Justiça Social; Diálogo; Interinstitucional; Confiança; Democracia; Sustentabilidade.

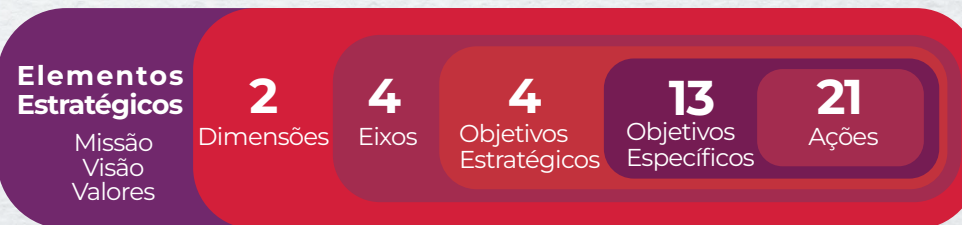
ESTRUTURA

Para o alcance de seus objetivos, foram criados o Comitê Coordenador, a Coordenadoria-Geral e os Grupos de Trabalho. O Comitê Coordenador é uma instância deliberativa, formada pelos gestores/as titulares do acordo de cooperação técnica, indicados/as em suas respectivas instituições, e, em suas ausências, pelos suplentes; a Coordenadoria-Geral, instância administrativa, é exercida, atualmente, pelo Senado Federal, titular, e Tribunal de Contas da União, suplente; os Grupos de Trabalhos são os responsáveis pela execução das ações, estabelecidas no Plano de Ação da Rede Equidade, entre outras atribuições.

PLANO DE AÇÃO DA REDE EQUIDADE

O Plano de Ação da Rede Equidade foi proposto para um prazo de dois anos, composto por duas dimensões, quatro eixos e quatro objetivos estratégicos, os quais, por sua vez, foram divididos em 13 objetivos específicos, desdobrados em 21 ações, indicadores e metas. Trata-se de um guia para a atuação coletiva da Rede e para o cumprimento de seus objetivos.

O documento foi estruturado da seguinte forma:



AÇÕES EM DESTAQUE

• Portal da Rede Equidade

O Portal da Rede Equidade corresponde à ação de nº 20, do Plano de Ação. O Comitê Coordenador deliberou pela criação de um Portal da Rede Equidade, no domínio do Congresso Nacional, cuja atualização caberá ao Senado Federal, com a colaboração, referente ao conteúdo, dos demais partícipes. Pelo Portal, é possível conhecer o trabalho desenvolvido pela Rede Equidade, a sua identidade estratégica e composição, bem como as boas práticas, publicações, ações, calendário da diversidade, entre outras.



The screenshot displays the website for the Rede Equidade, part of the Congresso Nacional. The header includes the logo of the Congresso Nacional and a search bar. The main navigation menu lists: Menu, Medidas Provisórias, Vetos, Matérias Orçamentárias, Matérias Aguardando Sanção, Agendas, and Visite. The main content area features the Rede Equidade logo, which consists of three stylized human figures in red and purple. Below the logo is the text "REDE EQUIDADE" and "Pela Diversidade, Inclusão e Equidade". To the right, the mission statement is: "Promover a igualdade e equidade na gestão pública, por meio de ações de Inclusão e Diversidade, com abordagem interseccional, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável." The vision statement is: "Ser uma Rede de referência nacional em promover a inclusão da diversidade na administração pública." The values listed are: Integridade, Justiça Social, Diálogo, Cooperação Institucional, Confiança, Democracia, and Sustentabilidade.

• Modelo IDE – Inclusão da Diversidade e Equidade

Como estamos caminhando na promoção da equidade? Quais ações podem representar um avanço nessa pauta? O Modelo IDE é uma ferramenta de gestão que busca contribuir com as instituições públicas para diagnóstico e estímulo na implementação de ações na temática da equidade, com foco em gênero e raça.

O Modelo IDE corresponde à ação nº 13 do Plano de Ação da Rede, realizada pelo Grupo de Trabalho 1/2022, encontra-se no Portal da Rede Equidade, com Manual de Instrução para a sua aplicação.

Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade - IDE

INCLUSÃO DA DIVERSIDADE E EQUIDADE

- GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA**
 - ESTRATÉGIA
 - LIDERANÇA
 - CONTROLE/ACCOUNTABILITY
- GESTÃO INCLUSIVA**
 - GESTÃO DE PESSOAS
 - GESTÃO DE CONTRATAÇÕES
 - COMUNICAÇÃO
 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- SOCIAL**
 - DIREITOS HUMANOS
 - RELAÇÃO COM A SOCIEDADE
 - RELAÇÃO COM USUÁRIO/CONSUMIDOR

É um instrumento de orientação na gestão da inclusão da diversidade e equidade, no públicas, previsto e produzido pela Rede Equidade em seu 1º Plano de Ação, biênio 2022/20

O Modelo IDE estabelece parâmetros norteadores na promoção da cultura organizacional gênero e raça. É composto de quesitos mínimos, agrupados em três dimensões e dez temas conhecimento particular da instituição, a respeito de suas políticas e práticas nessas temáticas



 **Manual de Aplicação**
Conheça aqui, em detalhes, o que é o Modelo IDE, seus requisitos e como utilizar a Planilha de Aplicação. [Baixar arquivo](#)

 **Planilha de Aplicação**
A Planilha de Aplicação do Modelo IDE é uma ferramenta, disponibilizada pela Rede Equidade, na promoção da Inclusão da Diversidade e Equidade. Baixe, preencha os requisitos e faça sua auto avaliação! [Baixar arquivo](#)

• Calendário da Diversidade

É um instrumento de referência, construído com o propósito de visibilizar datas significativas no tema da diversidade, equidade e inclusão e corresponde à ação nº 2.



• Seminário da Rede Equidade “DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO PÚBLICA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO”

O Seminário da Rede Equidade tem como marco a data de 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional de Direitos Humanos, com uma edição a cada ano. Esse evento correlaciona-se com as ações de nºs 05, 08, 14 e 19 do Plano de Ação da Rede Equidade.

Edição de 2022



• Novas adesões

A expansão da Rede Equidade, mediante novas adesões, está prevista na ação de nº 09 do Plano de Ação.



Edição de 2023



NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O presente relatório visa fornecer informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social do Senado Federal (NCAS), no exercício de 2023. O documento traz uma análise objetiva, de forma a facilitar a compreensão dos dados consolidados, sem prejuízo das particularidades relevantes a cada tema, acerca da agenda ambiental e da promoção da Acessibilidade no Senado Federal.

As ações do Núcleo estão alicerçadas, sobretudo, nos Planos de Acessibilidade e de Gestão de Logística Sustentável, ambos publicados em 2023. Tais planos norteiam o planejamento das ações de coordenação e monitoramento do Núcleo. Além disso, em 2023, foi lançado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que altera profundamente a logística de resíduos produzidos pela Casa, tendo como pressupostos a simplificação do processo de segregação dos resíduos e maior eficiência no uso dos recursos envolvidos.

Também foram produzidos: o Guia de Paisagismo Sustentável que visa aprimorar o paisagismo das áreas verdes do Senado, com vistas à eficiência no uso de recursos, respeito à nature-

za e maior acessibilidade dos espaços públicos, gestão de resíduos por meio da compostagem, cultivo em recipientes e observância da legislação vigente; e a Cartilha: Atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) – um compromisso institucional, com foco em orientar servidores/colaboradores da Casa para o atendimento a pessoas com TEA.

O NCAS atua dentro do Plano de Gestão desde 2020. O Plano de Gestão consolida as atividades previstas nos referidos Planos de Ação, elabora-

dos com vistas à execução da Política de Responsabilidade Social do Senado (PGLS, PGRS e PA). Acrescenta-se que o Núcleo ainda desenvolveu diversas ações sob demanda, que extrapolaram as ações previstas nos Planos.

Espera-se que o Senado Federal, diante de seu papel indutor, possa refletir um modelo de gestão alicerçado no compromisso com a transparência, no aprimoramento da qualidade do gasto público, da inclusão social e na responsabilidade ambiental.



ACESSIBILIDADE

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei. No entanto, é preciso que condições de acessibilidade sejam asseguradas para garantir uma participação social mais justa.

O Senado atua nessa área desde o ano de 2005, quando foi criado o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Em 2013, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013, foi instituída a Política de Acessibilidade, que detalhou princípios, diretrizes e objetivos para garantir os direitos das pessoas com deficiência

ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Desde o ano de 2016, o Senado utiliza o Plano de Acessibilidade como ferramenta de gestão para planejar e monitorar as ações de promoção de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

O Plano de Acessibilidade foi construído de forma colaborativa, entre representantes de unidades do Senado e dos servidores com deficiência que compõem o Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade.

O objetivo do Plano é permitir o monitoramento das ações de acessibilidade, com reuniões setoriais do Grupo de Trabalho, e o constante acompanhamento das unidades envolvidas. A quinta versão do Plano de Acessibilidade para o biênio 2024/2025 foi construída por meio de reuniões do GT, lançada e publicada em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais como parte dos eventos de comemoração pela Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

PLANO DE ACESSIBILIDADE DO SENADO FEDERAL

O Plano de Acessibilidade é o instrumento de gestão para promover a acessibilidade no Senado Federal. Ele representa a materialização das ações realizadas pelos diversos setores da Casa, a fim de fomentar a acessibilidade, a inclusão e garantir a participação social plena e efetiva de pessoas com deficiência.



ACESSIBILIDADE – GESTÃO DE PESSOAS

A Acessibilidade do Senado Federal monitora, semestralmente, o quantitativo de parlamentares, servidores (efetivos e comissionados), estagiários, jovens aprendizes e terceirizados com deficiência.

ACESSIBILIDADE – QUADRO RESUMO

Tipo de vínculo	Total	PCDs	Porcentagem
Servidores Efetivos	1995	78	3,91%
Servidores Comissionados	3877	42	1,08%
Terceirizados	2929	91	3,11%
Jovem Aprendiz	47	5	10,64%
Estagiários	299	13	4,35%
Total	9147	229	2,50%

Dados obtidos em: 13/12/2023

PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE

O SEACE, em parceria com o Instituto DataSenado, realizou uma pesquisa sobre Acessibilidade no Senado Federal.

A pesquisa foi direcionada a todos os servidores/colaboradores com deficiência ou sem deficiência. Seu objetivo foi conhecer a opinião do público interno sobre a acessibilidade na Casa. Bus-

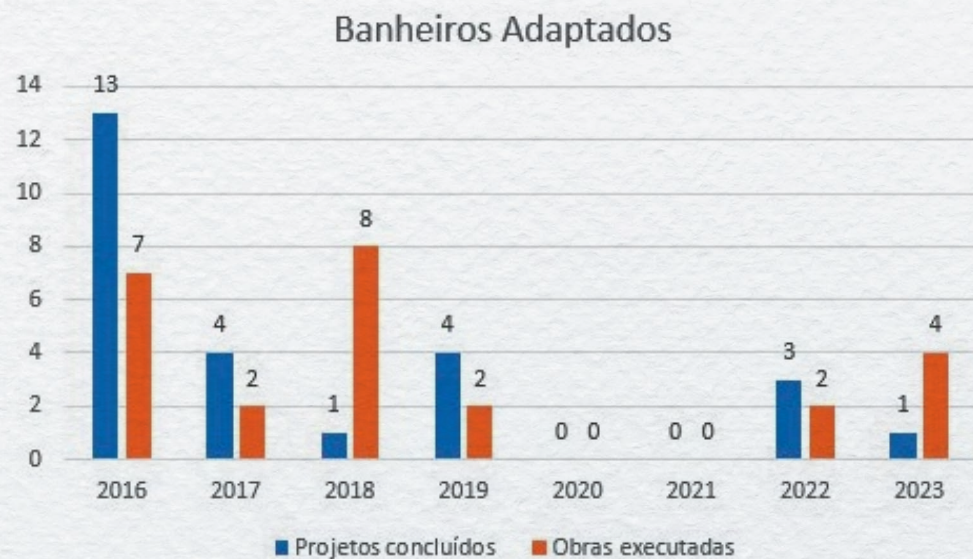
cou-se também avaliar o quanto se sabe a respeito da Política de Acessibilidade e do Plano de Acessibilidade, que norteiam a atuação institucional voltada à inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, a pesquisa recolheu sugestões para as ações do Plano de Acessibilidade do biênio 2024-2025.

O convite para participar da pesquisa foi feito por e-mail a partir de cadastro fornecido pelo Prodasen com 10.334 registros. O questionário on-line ficou disponível de 19 a 30 de junho de 2023 e contou com 635 respostas.



OBRAS E REFORMAS

O quantitativo de obras executadas, referentes às reformas realizadas em banheiros, calçadas, construção de rampas, entre outras ações para a viabilização de acessibilidade arquitetônica e urbanística, apresentou um aumento com o retorno do trabalho presencial, concluindo projetos realizados anteriormente.



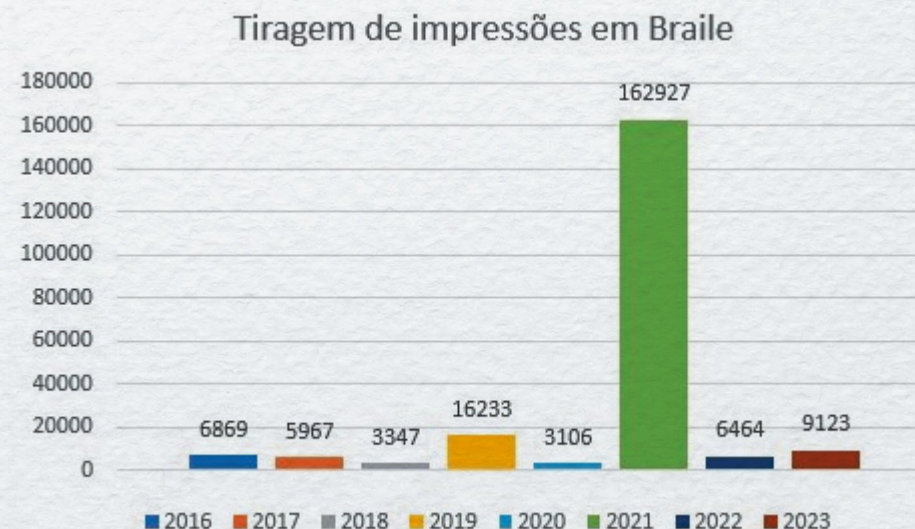
RESERVA DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS

Em todos os estacionamentos do Senado Federal, há reserva de vagas para pessoas com deficiência e pessoas idosas.



IMPRESSÕES EM BRAILE

O gráfico a seguir apresenta o monitoramento do Serviço de Impressão em Braille (SEIB), vinculado à Secretária de Publicações e Editorações (SEGRAF), que produz materiais como livros, folders e cartões de visita em braille.



RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

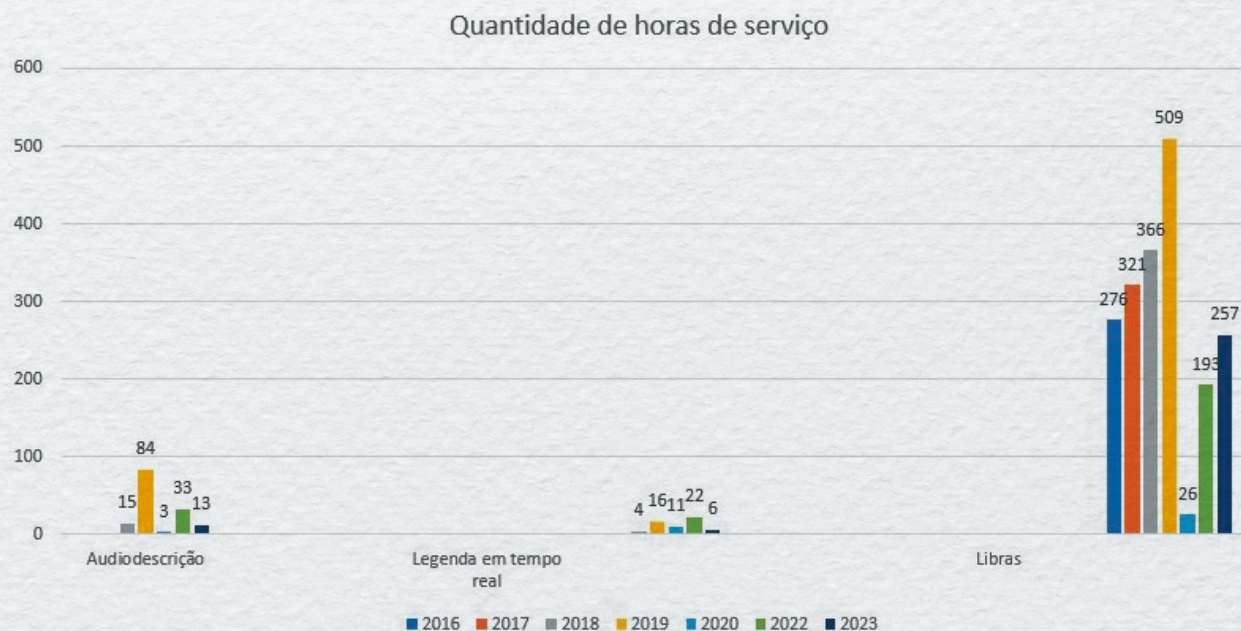
A tabela abaixo mostra os dados do monitoramento dos contratos que o Senado Federal possui na área de recursos de acessibilidade: Língua Brasileira de Sinais (Libras), legenda em tempo real e audiodescrição para eventos. Os serviços são prestados sob demanda.

Objeto	Contrato	Empresa	Vigência
Audiodescrição	37/2021	STENO MOBI COMUNICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE LTDA-ME	27/04/2021 a 26/04/2024
Legenda em tempo real	02/2021	STENO MOBI COMUNICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE LTDA-ME	08/01/2021 a 07/01/2024
Libras	114/2022	RANGEL PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	18/08/2022 a 17/08/2024

AUDIODESCRIÇÃO, LEGENDA EM TEMPO REAL E LIBRAS

Os serviços de audiodescrição, legenda em tempo real e interpretação em Libras são prestados por meio de contrato, cuja gestão é realizada pelo NGCIC e a fiscalização pela Coordenação de Gestão de Eventos.

O cômputo dos dados do ano de 2021 foi prejudicado pelo contexto da pandemia de covid-19.



EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS E ATENDIMENTOS DE ACESSIBILIDADE

O serviço de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas manuais e triciclos motorizados para senadores, servidores e visitantes, conforme solicitação. Realiza também o atendimento direcionado a pessoas com deficiência, de modo a lhes proporcionar, de forma adequada, o ingresso e trânsito nas dependências do Senado Federal.

Acessibilidade Assistida é uma ação contínua do Senado Federal. Atualmente, há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro para atender os visitantes, coordenado pela Secretaria de Polícia do Senado Federal (SPOL), além de atendimento ao público interno, sob a responsabilidade do Serviço de Ações de Acessibilidade (SEACE).

Equipamento	Quantidade
Triciclo motorizado	6
Cadeira de rodas motorizada	2
Quadriciclo motorizado	6
Cadeira de rodas manual	10
Total	24

No ano de 2023, foi realizado um total de 748 atendimentos de Acessibilidade, contando os empréstimos de equipamentos e atendimento de assistência.

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO E VIVÊNCIAS

Periodicamente, o SEACE realiza ações para sensibilização dos colaboradores do Senado Federal por meio de oficinas e cursos na área de Acessibilidade, como: atendimento a pessoas com deficiência, Libras e Braile. O objetivo é sensibilizar os colaboradores da Casa sobre acessibilidade e capacitá-los sobre como realizar o atendimento adequado das pessoas com deficiência.

Oficinas de Sensibilização		
Nome	Local	Data
Sensibilização do GT de Acessibilidade – Inclusão e convivência	Microsoft Teams	14/11/2023
Curso de Libras	ILB	1º a 29 de junho e 3 e 6 de julho



Oficina: Educadores mais inclusivos

Oficina Educação mais inclusiva, foi realizada no Senado Federal no dia 12 de setembro, no auditório Senador Antônio Carlos Magalhães.

A oficina trouxe orientações sobre como estimular a inclusão educacional e social das crianças e adolescentes com deficiência, LGBTQIA+ e pessoas que vivem com HIV. Abordou assuntos como diversidade, equidade, inclusão, grupos diversos e comunicação não violenta. Teve a participação de 30 pessoas, entre elas educadores, coordenadores de escolas públicas de Brasília e servidores (as) do Senado Federal.

EVENTOS NCAS-ACESSIBILIDADE

O SEACE promove e participa de eventos voltados para o tema de acessibilidade. Com o objetivo de transmitir conhecimento sobre acessibilidade em diversas perspectivas, promover trocas de experiências para inclusão da pessoa com deficiência, conhecer as demandas de funcionários e visitantes com deficiência e divulgar as ações de acessibilidade promovidas no Senado.

No ano de 2023 foram realizados 3 eventos.

Festival de Cinema Acessível Kids

O Festival de Cinema Acessível Kids: a serviço de inclusão educacional, foi realizado no Cine Brasília no dia 12 de setembro, em parceria com o Senado Federal.

No festival foi exibido o filme “Meu Malvado Favorito” com recursos de acessibilidade como: audiodescrição, legenda descritiva e janela de Libras. Cerca de 450 pessoas, entre estudantes de escolas públicas do DF, pessoas atendidas por instituições para pessoas com deficiência, como APAE e PESTALOZZI, e público esporádico, compareceram à sessão de cinema acessível.



17ª Semana de valorização da pessoa com deficiência

O SEACE promoveu, entre os dias 5 e 7 de dezembro, a 17ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com realização de exposições, oficinas de sensibilização e lançamentos/distribuição de materiais informativos aos colaboradores da Casa e ao público externo convidado.

A Semana de Valorização teve como objetivo promover reflexão e sensibilização acerca da acessibilidade, ao comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, estabelecido pela ONU (3 de dezembro).

Abertura da Semana de Valorização: Exposição – Acessibilidade em Foco

Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Encerramento: Técnicas inclusivas para relacionamento com Pessoas com Deficiência

17ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Abertura
Exposição Acessibilidade em Foco
Expositor: Charles Jatobá – Instituto Blind Brasil

Exposição contendo diversos equipamentos com tecnologias assistivas utilizados por Pessoas com Deficiência que são utilizados no cotidiano delas para a prática do esporte, do lazer, no processo de aprendizado, na vida doméstica em geral.

Data: 5 de dezembro, das 14h às 17h
Local: Hall da DGER
Aberta para o público, não é necessário fazer inscrição.

17ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais

- Lançamento do Plano de Acessibilidade 2024/2025
- Lançamento da Cartilha: Atendimento à Pessoa com TEA – Um Compromisso Institucional
- Lançamento do Calendário em Braille 2024

Data: 6 de dezembro, às 11h
Local: Comissão de assuntos sociais - CAS

Aberta para o público, não é necessário fazer inscrição.

17ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Encerramento
Técnicas Inclusivas para relacionamento com Pessoas com Deficiência

Palestrante: Charles Jatobá – Instituto Blind Brasil

Data: 7 de dezembro, das 14h às 16h30
Local: Auditório do ILB

Inscrições pelo e-mail:
acessibilidade@senado.leg.br

Diálogos transversais sobre Gênero, Raça e Sexualidades na elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – “Viver sem Limite 2”



CONVITE

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência convida para os **Diálogos transversais sobre Gênero, Raça e Sexualidades na elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "Viver sem Limite 2"**.

A realizar-se no dia **14 de agosto de 2023, de 10h30 às 12h**, online e presencial no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A - Plenária 10º andar, localizado no endereço Setor Comercial Sul - B, quadra 9, lote C, Asa Sul - Brasília/DF.

Realize a sua inscrição através do formulário:

<https://forms.office.com/r/MHfRMwsgtZ>.

Contato: Coordenação do Plano Viver sem Limite
E-mail: viversem limite2@mdh.gov.br; (61)2027-3431



Seminário Capacitismo e Interseccionalidade

seminário



CAPACITISMO E INTERSECCIONALIDADE



Experiências específicas, desafios coletivos

19/9 - Aberto ao público geral - Modalidade presencial e online
20/9 - Programação exclusiva para membros da magistratura e servidoras e servidores da JT - Apenas modalidade presencial

Auditório Ministro Mozart Victor Russomano



enammat JUSTIÇA DO TRABALHO



2ª edição da Conferência Global de Acessibilidade das Administrações Parlamentares

Nos dias 27 e 28 de setembro, ocorreu em Viena, Áustria, a 2ª edição da Conferência Global de Acessibilidade das administrações parlamentares.

No evento, o Parlamento Austríaco apresentou o projeto de readequação de seu edifício. A obra, iniciada em 2018 e concluída em janeiro de 2023, contemplou soluções de design, arquitetura e capacitação para renovar a infraestrutura e aumentar a circulação de pessoas no prédio, construído há mais de 140 anos.



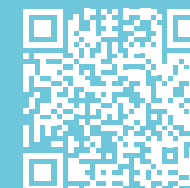
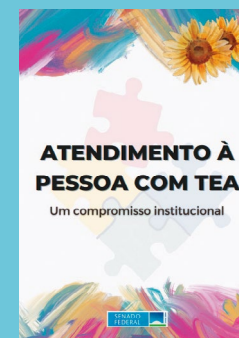
Parlament Österreich

2nd Conference of the Global Accessibility Forum

27 - 28 September 2023

PUBLICAÇÕES SEACE – SERVIÇO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Acessibilidade		
Publicação	Objetivo	Situação atual
Plano de Acessibilidade 2024/2025	<i>Gestão e monitoramento das ações de acessibilidade.</i>	Impresso e publicado: Plano de Acessibilidade 2024/2025 (senado.leg.br)
Cartilha: Atendimento à pessoa com TEA – um compromisso institucional	Orientar sobre como lidar e sobre os direitos da pessoa com TEA.	Impresso e publicado: Atendimento à pessoa com TEA: um compromisso institucional (senado.leg.br)



GRUPOS DE TRABALHO

Rede de Acessibilidade – Grupo de trabalho interinstitucional

Constituída em 2017, por meio de Acordo de Cooperação, a Rede de Acessibilidade se caracteriza por um grupo de trabalho interinstitucional para discussão do tema Acessibilidade. Visa, ainda, promover o intercâmbio de informações, experiências, tecnologias e logística no âmbito do poder público. Constitui-se por um conjunto de instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados, TJDFT, TSE, TST, STF, TCU, STJ, STM e TJTO.

A Rede compartilha entre seus membros as melhores práticas relativas à acessibilidade e à inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Tem como finalidade estimular o debate e promover a mobilização social e governamental para propagar ações voltadas para a consciência de cidadania em relação a esse coletivo.

A Rede de Acessibilidade tem como principais objetivos:

- Viabilizar o intercâmbio de experiências, boas práticas, informações, pesquisas, tecnologias e soluções de acessibilidade;
- Aprimorar processos de trabalho relativos à promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Realizar eventos e reuniões e constituir grupos de trabalho para o desenvolvimento de atividades relativas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Compartilhar recursos destinados a atividades educacionais, respeitado o direito à consignação expressa de autoria;
- Participar de eventos;
- Elaborar documentos conjuntos;
- Desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.



REDE
DE ACESSIBILIDADE

Grupo de Trabalho para Aprimorar o Atendimento de Pessoas com Deficiência nas recepções do Senado Federal – instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 6.211/2023

A Portaria da Diretoria-Geral nº 6.211/2023 instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para o aprimoramento do atendimento de pessoas com deficiência nas recepções do Senado Federal.

Além do SEACE, profissionais da SPOL e da COVISITA integram o GT. As discussões do grupo tiveram início em dezembro de 2023 e a conclusão dos trabalhos deverá ocorrer em março de 2024.

MATÉRIAS DE ACESSIBILIDADE



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As séries históricas das variáveis de monitoramento das ações ambientais sofreram forte influência da pandemia de covid-19, que determinou a redução da circulação das pessoas nos espaços públicos entre os anos de 2020 e meados de 2022. Essa se tornou a principal causa da perda de comparabilidade das estatísticas em todo o mundo no período.

O ano de 2023 marca o início de um novo período com aparência de normalidade. No entanto, a pandemia recente promoveu a experiência do trabalho remoto como modelo viável, com ganhos de produtividade mensuráveis graças aos planos de gestão e acordos de trabalho que passaram a privilegiar outros aspectos além da tradicional assiduidade.

Insumos como água, luz e papel sofreram grande influência dessa mudança comportamental dos indivíduos e das instituições; e no Senado não foi diferente.

Na pandemia, o consumo de água, energia e papel foi reduzido fortemente. E no pós-pandemia, o consumo não voltou aos níveis anteriores, embora fossem mensuráveis os efeitos das políticas e ações socioambientais, que levaram por anos à redução do uso desses fatores.

O uso do impressômetro, aplicativo que mede o consumo de impressão em papel em tempo real, inibiu o consumo excessivo de papel de escritório nos anos anteriores à pandemia, assim como outras iniciativas que contribuíram para a economia de recursos: a política de desligamento automático dos aparelhos de ar-condicionado em hora pré-estabelecida, a instalação de redutores de pressão e o combate aos vazamentos na rede de fornecimento de água. No mesmo sentido, a implantação de jardins de xerófilas, com plantas adaptadas à seca, contribuiu para a redução do consumo de água e de energia com irrigação.

A grande novidade ocorrida ao final de 2022 foi a constatação da degeneração do sistema de coleta seletiva, que levou à paralisação da compostagem de resíduos orgânicos e à redução drástica do volume de resíduos recicláveis.

A atuação do NCAS, em conjunção com a SINFRA e a SPATR, permitiu uma revisão completa dos parâmetros de reciclagem e estabeleceu um novo modelo, mais simples e eficiente, hoje implantado em todas as unidades administrativas e setores legislativos.



Com a implantação do novo sistema de coleta seletiva, elemento central do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, foi possível reverter os números da compostagem, de zero para uma média mensal superior a mil e duzentos quilogramas de resíduos orgânicos, que são transformados em adubo de alto valor nutritivo e desoneram os aterros sanitários do Distrito Federal em cerca de 15 toneladas anuais.

No mesmo sentido, a nova coleta permitiu, já no segundo semestre de 2023, uma reciclagem mensal superior a mil quilogramas, com a inserção da fração de vidro no sistema de economia circular.

Para a fração de rejeitos, não recicláveis, o novo sistema permite estabelecer uma meta factível inferior a 300 toneladas anuais, o que representará uma desoneração dos aterros sanitários de cerca de 30 toneladas por ano.

Para que a nova coleta seletiva fosse implantada com êxito, sem qualquer custo orçamentário adicional, foram adotadas as medidas resumidas na figura a seguir:

Ações realizadas

- 500 colaboradores acionados
- 300 operadores treinados
- Centro de Triagem reformado
- 4 Ecopontos sinalizados
- 3 mil lixeiras no novo padrão
- Reativação da compostagem
- Pesagem e monitoramento ativados
- PGRS 2024 aprovado em Colegiado



Em março/2023, o projeto-piloto foi iniciado e concluído com êxito no início do mês de outubro. No período, foram realizados os seguintes avanços:

- adesivação de todas as unidades de abrangência do projeto;
- eliminação, nas unidades administrativas vinculadas à DGER, de todas as lixeiras vermelhas, verdes e amarelas, mantidas as lixeiras cinzas, azuis e marrons;
- substituição de todas as sacolas plásticas opacas por sacolas semitransparentes nas cores cinza, azul e marrom;
- pintura de todas as “lixeiras de conforto” na cor cinza e adesivação com o sinal de resíduo não reciclável;
- reforma do Centro de Triagem de Resíduos, com instalação de energia elétrica, água para higienização e bebedouros;
- instalação de galpão de operações para a triagem de resíduos orgânicos no Viveiro;
- treinamento de 312 colaboradores de serviços gerais, copas e jardinagem;
- campanhas para divulgação do novo padrão pela intranet e por 20 dias no espaço do servidor;
- pintura das lixeiras dos banheiros na cor cinza, com a sinalização de resíduo não reciclável;
- pintura de lixeiras brancas e pretas das áreas externas e internas nas cores cinza e marrom para reaproveitamento do material no novo padrão;
- pintura dos contêineres de resíduos orgânicos na cor marrom, nos pontos de transbordo.

Cabe destacar que a pintura e reutilização das lixeiras e contêineres existentes contribui para o prolongamento da vida útil dos materiais readaptados, contribuindo para a sustentabilidade orçamentária.

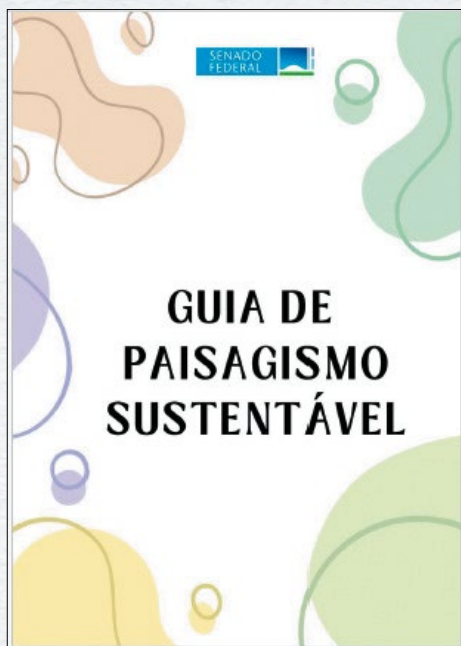
Os resultados factuais, que começaram a se concretizar a partir do mês de julho/2023, foram conclusivos em relação à necessidade de simplificação e padronização geral do sistema de coleta seletiva em todas as unidades da Casa, como proposto inicialmente em tese:

- nenhuma ocorrência de descarte de lixo farmacêutico ou hospitalar junto ao lixo comum;
- nenhum acidente de trabalho com seringas descartáveis ou vidros quebrados, interrompendo uma sequência negativa de 1 acidente do tipo a cada 2 meses, no primeiro semestre de 2023.
- após 3 anos e meio sem compostar nada, registrou-se a destinação recorde de 2.150 quilogramas mensais de resíduos orgânicos recolhidos das copas para compostagem no Viveiro no mês de setembro/2023;
- após alcançarmos níveis inferiores a 400 kg nos últimos anos, desde a pandemia, ocorreu a destinação média de 1.512 quilogramas mensais de resíduos recicláveis para associação de catadores no mês de setembro;
- registrou-se redução de cerca de 80% para 20% no índice da mistura de resíduos nos pontos de transbordo.
- a projeção de compostagem anual de 20 toneladas e da reciclagem de 15 toneladas permite vislumbrar como viável a meta de produção de resíduos não recicláveis em níveis inferiores a 300 toneladas anuais, abaixo dos níveis verificados em 2018 e 2019.

A expectativa é de que as campanhas realizadas junto aos colaboradores, após a implantação de toda a infraestrutura, permitam que esse quadro melhore substancialmente.

Em 2023, foram elaborados e publicados o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) e o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), correspondentes ao período de 2024 a 2025.





Além do PGLS e PGRS, o NCAS elaborou o Guia de Paisagismo Sustentável. Este Guia compartilha informações e diretrizes administrativas que reorientam os parâmetros de paisagismo do Senado Federal, abordando aspectos essenciais, como acessibilidade, seleção criteriosa de espécies vegetais, educação ambiental, gestão de resíduos por meio da compostagem, cultivo em recipien-



tes e observância da legislação vigente. O paisagismo sustentável é uma abordagem essencial que busca harmonizar a estética, a funcionalidade ecológica, a economia de recursos e as preocupações sociais e as adequações urbanísticas. O objetivo é unir a natureza e a sociedade, assegurando a sustentabilidade em termos ambientais, sociais e econômicos.

Atuação na Rede Legislativo Sustentável:

Desde maio de 2018, as unidades administrativas responsáveis pela gestão da sustentabilidade da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União têm se reunido para discutir, compartilhar e elaborar ações e projetos para a gestão pública sustentável.

Em novembro de 2018, houve a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para formação do Grupo Legislativo Federal Sustentável, para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à gestão sustentável.

Além do Legislativo Federal (Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União) a Rede é composta hoje por:



Órgãos	Participantes
Legislativo Federal	3
Legislativo Estadual/Distrital	7
Legislativo Municipal	27
Tribunais de Contas Estaduais	50
Tribunais de Contas Municipais	5
Total	92



Site da RLS

Oficinas/Visitas – Viveiro do Senado

Em 2023, o Viveiro promoveu duas oficinas em atendimento à Assessoria de Comunicação da DGER, e recebeu, ao longo do ano, cinco visitas de diferentes instituições e pessoas, sendo uma delas da senadora Leila Barros, que foi olhar de perto o processo da Coleta Seletiva, contemplada no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal.



Feira de trocas

Após uma interrupção de 3 anos, em decorrência da pandemia de covid-19, a 6ª edição da Feira de Trocas ocorreu em um clima de descontração e de muita diversidade de objetos para troca. A feira de trocas acontece uma vez a cada semestre e é baseada nos princípios da economia solidária. O foco é estimular o espírito de cooperação e de solidariedade, além de criar um ambiente de interação entre os funcionários.



Feira orgânica

Após alguns anos sem realização, a feira orgânica foi reativada no dia 25 de abril de 2023. A feira é organizada pela Associação Brasileira para Agricultura Orgânica (Agro-Organica).

O fornecimento de alimentos pela Associação Agro-Organica retoma um serviço que já existia na Casa antes da pandemia. A feira oferece também pães, queijos, castanhas, entre outros produtos. Além da compra presencial, os interessados podem fazer encomendas pelo WhatsApp.



Sustentabilidade em números

1) Resíduos recicláveis

- 1.1) Encaminhados para Cooperativa: Dados de julho a dezembro/2023 – **1.207,34 kg**. Os resíduos são recolhidos e triados
- 1.2) Papel das aparas da gráfica (até outubro/2023)

Resíduo: Papel	
Ano	Quantidade/Medida
2018	116.420
2019	184.080
2020	104.290
2021	122.160
2022	153.735
2023	179.530

Resíduo: Papel anual

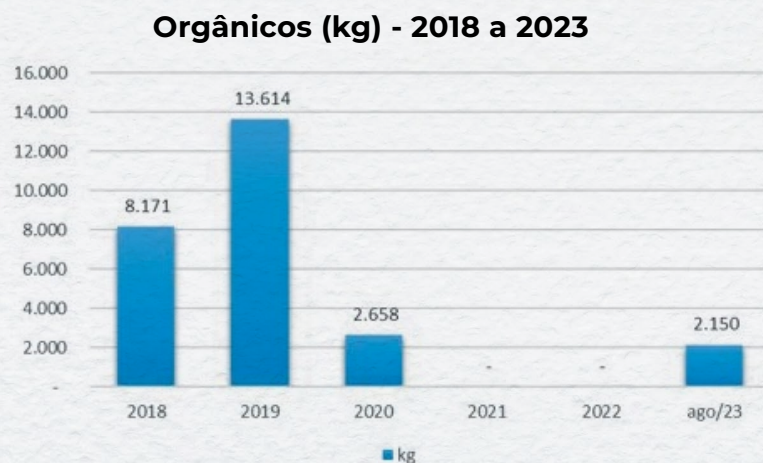


Em 2023, a produção gráfica voltou a sua carga total para atender as demandas da Casa.

2) Resíduo Orgânico

A implantação do novo sistema de Coleta Seletiva permitiu novamente que o resíduo orgânico fosse encaminhado para o Viveiro para se transformar em composto e adubo para uso nas mudas e demais plantas da Casa.

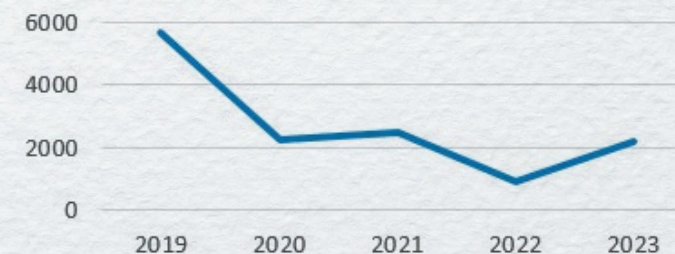
Orgânicos	
Ano	kg
2018	8171
2019	13614
2020	2658
2021	0
2022	0
2023	2150



Consumo

1) Copos biodegradáveis

Copos biodegradáveis	
2019	5679
2020	2246
2021	2467
2022	920
2023	2206
Total	13518



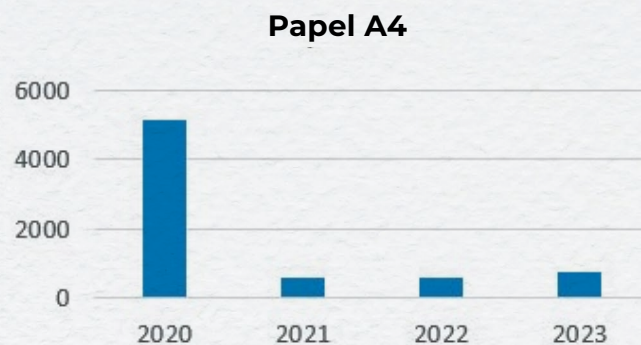
3) Resíduos não Recicláveis

Não Recicláveis	
Ano	Toneladas
2018	314
2019	328
2020	112
2021	103
2022	204
2023	156



2) Papel Reprográfico – A4

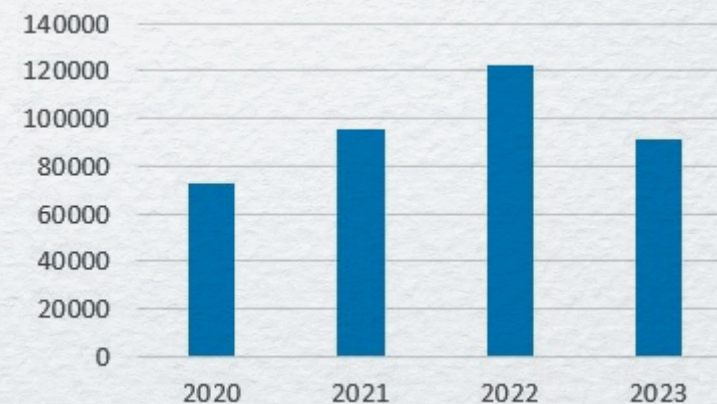
Papel A4 - resmas	
2020	5156
2021	598
2022	590
2023	762
Total	7106



4) Água em m³

Ano	m³
2020	72384
2021	95523
2022	122650
2023	91036
Total	381593

Consumo de água por ano



3) Consumo de energia elétrica

Ano	KLW/h
2020	15712440
2021	14733610
2022	14924317
2023	11656993
Total	57027360



MATÉRIAS DE SUSTENTABILIDADE



5

RESULTADOS DA GESTÃO



GESTÃO CORPORATIVA

O sistema de gestão do Senado Federal é originalmente baseado em uma estrutura clássica, contemplando hierarquia linear e piramidal, que lhe confere unidade de comando e linhas formais de comunicação e de deliberação. Assim, nota-se que as estruturas de gestão executiva, tática e operacional são bem demarcadas e definidas.

Esse sistema acomoda a interposição de estruturas transversais de assessoramento à gestão, que têm foco na atuação em rede, na integração e na capilarização dos níveis táticos e operacionais. Além disso, destaca-se pela prontidão e articulação de ações estratégicas e corporativas.

Dessa forma, o sistema de gestão do Senado Federal acomoda tanto a burocracia tradicional, derivada do trato com a coisa pública, quanto a necessidade de realizar uma gestão integrada e eficiente das ações estruturantes e estratégicas de transformação da realidade da instituição, buscando atender às políticas, diretrizes e mandatos emanados de seu sistema de Governança.

Os objetivos estratégicos estabelecidos para a administração do Senado Federal são desdobrados e monitorados com base em uma metodologia de planejamento mais simples, objetiva e flexível, chamada *Objectives and Key Results* (OKR).

No início de 2023, foi encerrado o segundo ciclo de OKRs, cujos resultados serão avaliados para subsidiar o ciclo seguinte. Esses resultados podem ser encontrados no endereço:

O mais recente conjunto de Key Results (KRs), em vigor desde setembro de 2023, foi estabelecido pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE). Esse ciclo compreende sete objetivos estratégicos, detalhados 41 KRs, que cobrem diversas áreas do Senado Federal. Cada KR visa aprimorar aspectos específicos da governança e gestão, contribuindo para o alcance efetivo dos objetivos institucionais.



CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), a qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo governo federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital. (Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016).

RECURSOS APLICADOS EM TI

— R\$ 85,5 MILHÕES —

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do Ato da Comissão Diretora nº 09/2017. Neste ano, foi formalizado o Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação (NSITI) como parte da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen). Entre outras atividades, cabe ao NSITI coordenar os processos de tratamento de incidentes de segurança da informação em TI, entre eles os de Segurança Cibernética.

Em 2022, o Senado Federal implementou uma série de medidas para fortalecer a segurança cibernética. Isso incluiu a mudança na política de senhas, o Múltiplo Fator de Autenticação para o acesso à VPN, o processo de verificação de vulnerabilidades em servidores de hospedagem, o processo de atualização de servidores da plataforma de hospedagem Linux e a atualização de grande parte dos sistemas operacionais das máquinas do Senado para versões mais seguras e resistentes à ataques.

O Senado Federal também segue atento aos instrumentos legais e às orientações do TCU em relação ao tema, em especial: i) ao Decreto nº 9.637, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) e dispõe sobre a governança da segurança da informação; ii) ao Decreto nº 10.222, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ECiber); iii) ao Decreto nº 19.748, que Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos; e iv) ao Acórdão TCU 1.768/2022, que dispõe sobre o Mapeamento da Maturidade das organizações públicas federais quanto à implementação de controles críticos de Segurança Cibernética (SegCiber).

Essas medidas contribuem para reforçar a proteção da informação da Casa e garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos corporativos e de software do Senado Federal.



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2023

Número Avença	Fornecedor	Objeto	Valor Avença R\$
CT 2023/0173	LUIS GABRIEL CAVATAO WEB DESIGN	Prestação de serviços de solução e-commerce para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, prestação de solução para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.	67.010,00
2023NE000841	RR SOFTWARE E SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI	Aquisição de biblioteca de desenvolvimento de software VCL Subscriptions (VCL Components for Delphi and C++ Builder, da empresa Developer Express Inc.), incluindo serviços de suporte e atualização, com entrega imediata, para o Senado Federal.	18.300,00
CT 2023/0029	METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Aquisição de Scanner profissional A3 com alimentador automático de documentos - AAD (Automatic document feeder - ADF), com mesa de digitalização (Flatbed) e respectiva garantia de fábrica de 12 (doze) meses.	21.602,00
CT 2023/0042	ALOMA CAMILA CARVALHO (BUSINESS PLIM)	Contratação de 4 (quatro) assinaturas do serviço de transmissão Streamyard versão Profissional, no modelo SaaS (Software as a Service), para apoiar a realização e divulgação de eventos, bem como de visitas ao Senado Federal, para diversas plataformas de redes sociais.	12.500,00
CT 2023/0032	INTERATIVA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.	Prestação de serviços de suporte técnico, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para notebooks da marca Lenovo, modelo E490, durante 12 (doze) meses consecutivos.	33.599,91

Número Avença	Fornecedor	Objeto	Valor Avença R\$
RP 2022/0016	RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	Aquisição de webcams com conectividade plug&play para estações de trabalho do Senado Federal.	236.850,00
CT 2023/0023	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrições de uso dos pacotes Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection – IC New Single User e Autodesk Media & Entertainment IC Single User, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/SF - incluindo a prestação da garantia de atualização dos produtos durante o período de 36 (trinta e seis) meses consecutivos.	591.150,00
CT 2023/0096	ECALC SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO LTDA - EPP.	Aquisição de licença de uso do software de controle de custeio e orçamento gráfico EasyCalc com pacote de licença(s) de uso para 15 usuários simultâneos, incluindo suporte técnico e atualização de versão, conforme o disposto no Anexo I deste Contrato pelo período de 12 meses consecutivos.	43.968,00
CT 2023/0067	CELERIT SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP.	Prestação de serviço de manutenções corretivas com fornecimento de peças novas e originais, incluindo suporte técnico, para um sistema de armazenamento de dados em disco tipo Storage NetApp FAS3170 do Senado Federal e respectivos componentes e acessórios para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.	41.976,00
CT 2023/0044	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	Contratação de empresa especializada para manutenção em software de controle de acesso e portal para visitantes, fornecimento de pontos de acesso (access points - AP), e gerenciamento em nuvem de solução de rede sem fio, contemplando, ainda, serviços de implantação, treinamento, assistência e suporte técnico local e remoto com manutenção (preventiva, corretiva) e substituição de peças e componentes.	4.230.200,00

Número Avença	Fornecedor	Objeto	Valor Avença R\$
CT 2023/0017	NOVASISTEMAS ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.	Prestação de serviços de manutenção corretiva, suporte técnico, atualização de firmware e drivers de equipamentos dos subsistemas de armazenamento de dados (storage) Hitachi de propriedade do Senado Federal, com fornecimento de peças novas e originais, durante 12 (doze) meses consecutivos.	212.899,73
CT 2023/0192	TELEFONICA BRASIL S.A.	Contratação de subscrição de licenças de uso para colaboração e pacote de aplicativos de escritório, para o Senado Federal.	6.204.794,87
CT 2023/0120	SEPROL IT SERVICES & CONSULTING LTDA	Prestação de serviços de assistência técnica, suporte e atualização de software e firmware – com suporte do fabricante – para equipamentos de backup em disco(appliances) do Senado Federal.	98.600,00
CT 2023/0082	VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.	Contratação de empresa especializada para a subscrição de serviços, na forma de nuvem privada, baseada na infraestrutura “Oracle Gen 2 Exadata Cloud at Customer Infrastructure - XM - Base System ou superior”, no modelo “Enterprise Edition Extreme Performance”, incluindo a prestação de serviços de instalação, configuração, migração e atualização de banco de dados, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	10.435.507,33
CT 2023/0170	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	Fornecimento de estações de trabalho (microcomputadores) de uso geral, do tipo notebook, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses consecutivos.	1.876.875,00
CT 2023/0019	COMPWIRE INFORMATICA LTDA	Fornecimento de solução de armazenamento de dados, incluindo instalação, garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses e treinamento na solução ofertada.	14.400.217,00

INDICADORES DA TI

• Acessos às páginas de Intranet e Internet

Portal do Senado: 105.465.820 acessos

Portal do Congresso Nacional: 5.566.070 acessos

Portal Intranet: 13.159.706 acessos

• Quantidade de atendimentos no 2000 e suporte técnico

68.539 atendimentos realizados

• Tempo médio de atendimento no 2000

3 min 19s

• Quantidade e tendência de bugs nos sistemas



• Número de Projetos Concluídos do PDTI

7 Projetos Concluídos

• Quantidade de Marcos entregues do PDTI

95 Marcos Entregues

• Quantidade de treinamentos

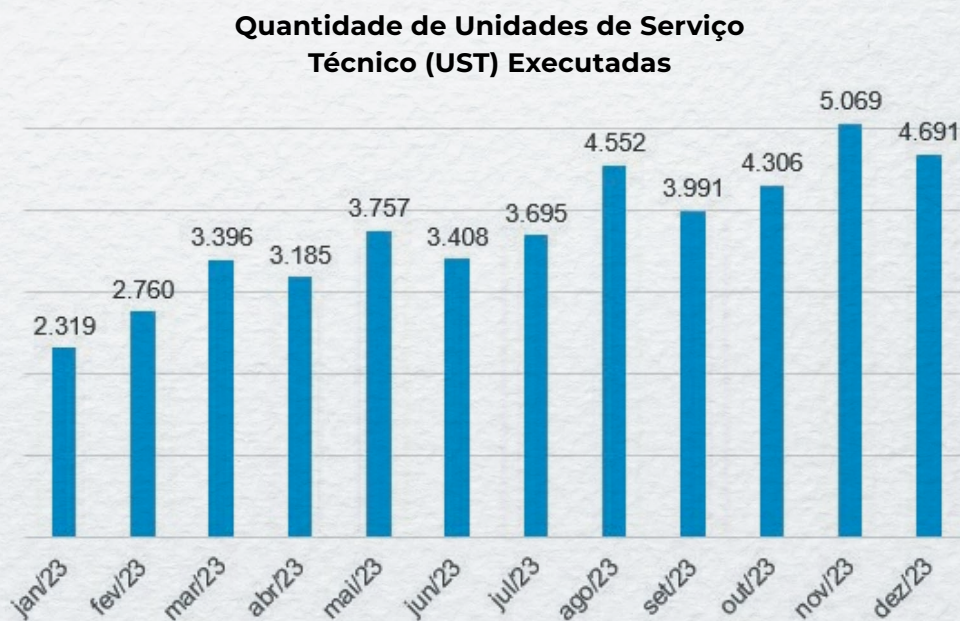
7 Treinamentos Realizados

• Quantidade de contratos efetivados

16 contratos

• Quantidade de postos de trabalho/UST/horas contratados

62 postos de trabalho contratados para a fábrica de software



AÇÕES RELEVANTES NA ÁREA DE TI

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
1	Composição da CMO no Portal do Congresso Nacional	O cidadão passa a ter a informação da composição da CMO consolidada no Portal do Congresso, portal esse criado justamente para consolidar informações relativas à atuação conjunta de senadores e deputados, que antes se encontravam dispersas em Portais do Senado e da Câmara. Internamente, evita retrabalho no registro e na publicação de informações pertinentes à composição entre as equipes da SGM do Senado e da SGM da Câmara, uma vez que os servidores da CMO são da Câmara.
2	Atualização de versão do Plone para a internet	Atualização e incremento na segurança do ambiente, possibilidade de utilização do gov.br, melhorias na plataforma de provimento de conteúdo e possibilidade de uso de produtos da comunidade mais atualizados.
3	Nova página de Credenciados do SIS	Melhoria na relevância das informações dos credenciados na nova página do SIS.
4	Novo Recadastramento Anual de Servidores	Modernização da forma como o recadastramento anual é realizado dando mais agilidade ao processo.
5	Alteração Cadastral de Dependentes	Possibilidade de realizar a alteração cadastral de dependentes pela Central de Serviços.
6	Implantação do nome social	Alteração dos sistemas e portais para cadastro e apresentação do nome social, conforme Decreto N° 8.727/2016, quando for o caso.
7	Solução para obtenção de estatísticas dos portais (internet e intranet)	Continuidade da obtenção das informações relativas aos acessos das páginas de Portais mesmo após a descontinuidade do Google Analytics.
8	Desenvolvimento da nova Página dos Anais	Apresenta de forma mais organizada e contextualizada o acervo de Anais, tornando o acesso a esse conteúdo mais amigável, auxiliando a localização das fontes, a formatação e a sistematização dos dados, agregando informações sobre os livros e integrando-se com as demais páginas de conteúdo histórico do Portal do Senado. A nova página deixa mais rica e atrativa a interatividade do usuário.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
9	Gestão de auditorias internas, para controle dos achados APEX	Gerenciamento das informações de auditorias internas via sistema, padronização no registro de dados, estabelecimento de controles de acesso, geração de relatórios gerenciais diversos, gestão de prazos via sistema e criação de painéis gerenciais.
10	Integração com o EFD-Reinf	Possibilidade de envio automatizado das informações prestadas à Receita via web-service sem intervenção manual, reduzindo a chance de erros.
11	Prova de Vida	Utilização do serviço integrado ao gov.br que utiliza dados biométricos, por meio de validação facial realizada anualmente, para identificar de forma inequívoca e segura a autenticidade de aposentados e pensionistas, efetivando, assim, o seu recadastramento.
12	Trechos extras no Cotas Parlamentares	Registro e controle dos ressarcimentos de trechos extras no sistema Cotas Parlamentares.
13	Complementação do auxílio-moradia pela CEAPS no Cotas Parlamentares	Visualização e controle dos ressarcimentos das complementações do auxílio-moradia pela CEAPS no Cotas Parlamentares.
14	Universo PPA 2024-2027 (Despesa PL, Emendas Apresentadas e Emendas Texto)	Dados de programas, objetivos e metas (físicas e monetárias) do PPA para análise da consultoria e gabinetes (Câmara e Senado); dados físicos e monetários do projeto de lei e das emendas apresentadas pelos parlamentares e Comissões; comparativo entre o texto original do PL e o texto de emendas apresentadas pelos parlamentares.
15	Painéis Qlik Sense para SINFRA – SAEF e SINFRA no Galileu 2.0	Disponibilização de dados gerenciais para a área da SINFRA sobre o SAEF – REDMINE; Disponibilização de dados gerenciais para a área da SINFRA sobre a SINFRA – REDMINE.
16	Painel Qlik Sense COPAG e Parcelamento (COPAG) no Galileu 2.0	Disponibilização de dados gerenciais para a área da COPAG (RH); disponibilização de dados gerenciais sobre o parcelamento de débitos para a área da COPAG (RH).
17	Painel Qlik Sense para CONORF, Favorecido do Pagamento no Galileu 2.0	Painel contém os pagamentos das OB de todo orçamento de forma mais detalhada e transparente.
18	Portal Favorecido do Pagamento na Internet	Portal interativo. Contém os objetos Qlik Sense do painel de mesmo nome. População informada sobre os Pagamentos a favorecidos da execução orçamentária.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
19	Painel Qlik Sense Execução Emenda no Galileu 2.0	Novo painel de Execução de Emendas. Contém os pagamentos das Emendas Parlamentares de forma mais detalhada e transparente.
20	Novo Portal Execução Emenda na Internet	Portal interativo. Contém os objetos Qlik Sense do painel de mesmo nome. População informada sobre execução das emendas parlamentares.
21	Painel Qlik Sense SEIPRE no Galileu 2.0	Disponibilização de dados gerenciais para a área da SEIPRE (RH) – Aposentadorias TCU.
22	Universo LOA 2024 (Despesa Execução, Despesa Execução – Investimento das Estatais, Receita Execução, Ordem Bancária e Ordem Bancária Empenho)	Disponibilização de dados da execução da despesa orçamentária para o ano de 2024; Disponibilização de dados da execução da receita orçamentária para o ano de 2024; Disponibilização de dados da execução do investimento das estatais para o ano de 2024; Disponibilização de dados das Ordens Bancárias a partir dos lançamentos das contas contábeis de pagamento.
23	Universo LOA 2023 (Despesa Execução e Receita Execução)	Permite o acompanhamento da Execução das Despesas e das Receitas do Orçamento da União. Aberto ao público.
24	Universo LOA – Execução (financeira e orçamentária) de Emendas Impositivas	Permite o acompanhamento da Execução de Emendas e da Execução Financeira de Emendas ao Orçamento da União. Aberto ao público.
25	Universo LEXOR (Despesa PL Detalhado, Emendas Apresentadas, Emendas Texto, Despesa Elaboração, Receita Elaboração e Emendas Inadmissibilidade)	Permite: a análise e a validação da base de dados do PLOA, enviada ao Congresso Nacional. Aberto ao público, após a validação da base de dados, o acompanhamento da Apresentação de Emendas da Despesa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o acompanhamento da Apresentação de Emendas de Texto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o acompanhamento da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da Despesa em suas diversas fases, o acompanhamento da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da Receita, o exame da inadmissibilidade das emendas à Despesa do PLOA.
26	Painel Matérias Legislativas – Galileu 2.0	Informações de matérias legislativas e seus andamentos disponibilizados para toda a Casa.
27	Painel Índice Anosmático do Império – Galileu 2.0	Criado no Galileu 2.0 para uso da SGM.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
28	Portal Internet do Índice Onomástico do Império	Disponibilização do índice na internet, em substituição à antiga planilha Excel, com todas as facilidades de filtros que o Qlik Sense permite.
29	Painel Senadores – Galileu 2.0	Informações sobre senadores reunidas em um único painel. A ser disponibilizado para todos os gabinetes de senadores e SGM.
30	Painel Qlik Sense ILB – SIGI no Galileu 2.0	Painel gerencial para o ILB.
31	Painel Qlik Sense Farol GefFlc no Galileu 2.0	Painel para apresentar dados dos Contratos para SADCON apresentar na inovação.
32	Painel QlikView SIGAD no Galileu 1.0	Painel do SIGAD.
33	Relatório Emendas para senadores e depois para interessados no Gabinete	Relatório enviado por NPRINT para senadores sobre a execução de emenda (Em homologação).
34	Universo BO Investimento Estatais 2023	Informações sobre Investimento Estatais 2023.
35	Painel de Contratações no Galileu 2.0	Painel gerencial com todas as contratações ativas no Senado Federal.
36	Painel de Acompanhamento de Prorrogações – Farol GEFIC Fase I no Galileu 2.0	Painel de apoio aos Núcleos de Gestão de Contratos do Senado. Projeto Finalista do Desafio da Inovação.
37	Revisão Geral e recuperação do uso do Painel Gerencial do SIS	Painel Gerencial do BENNER criado em QlikView.
38	Painel de Conferência de folha para o SIS, nas rubricas de interesse	Permitir antecipar problemas de ressarcimento, contribuição ou participação na folha de pagamentos.
39	Painel de Conferência de folha para o SEFREQ, nas rubricas de interesse	Permitir antecipar problemas de proventos ou descontos relacionados com FOR-PONTO na folha de pagamentos.
40	Painel Equidade no Galileu 2.0	Painel especificado pela comissão de Equidade de Raça do Senado Federal.
41	Apoio novo Portal Violência de Gênero – OMV	Novo portal da parceria do OMV com AVON.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
42	Reestruturação do DW Financeiro	<p>1. Adaptação às mudanças ocasionadas no domínio de Fonte de Recursos e atualização de dimensões básicas como PTRES;</p> <p>2. Diminuição do tempo de processamento de extração e carga;</p> <p>3. Correção na atualização das dimensões de data da carga, erro poderia acontecer em reprocessamento de datas passadas.</p>
43	Reestruturação do DW Tesouro Gerencial	<p>1. Adaptação às mudanças ocasionadas no domínio de Fonte de Recursos;</p> <p>2. Segmentação na extração, reduzindo, assim, o tempo de processamento de extração e carga de 18 horas para até 12h no total.</p>
44	Relatório dos Grupos de AD para edição das páginas da INTRANET e INTERNET para o Comitê	Relatórios Nprinting para apoio na concessão e revogação de privilégios.
45	Painel de Apoio CPMI 8 de Janeiro	Customização do painel anterior da COCETI para ser Multi-CPI/CPMI.
46	Renovação do parque de estações de trabalho e notebooks (aquisição de 1720 desktops e 455 notebooks)	Manter em níveis adequados o desempenho, a disponibilidade e a segurança do ambiente de estações de trabalho do Senado Federal.
47	Aquisição da expansão da rede sem fio: 424 novos APs (de tipos variados, sendo 399 para uso geral, 20 para o Plenário, e 5 AP's remotos), migração para o AOS 10, sistema operacional da Aruba em nuvem	Ampliar e permitir a evolução da solução como um todo, com atualizações dos softwares utilizados e substituição total de equipamentos antigos. A ampliação visa aumentar a densidade de equipamentos (pontos de acesso) instalados para adequar a cobertura da rede sem fio segundo o modelo de capacidade, com objetivo de garantir nível de sinal elevado para uso de aplicações de voz, vídeo e mensagens em tempo real, e alcançar áreas ainda não atendidas com sinal/cobertura da rede sem fio.
48	Contratação da infra de banco de dados como serviço, no formato de nuvem privada	Readequação da plataforma de bancos de dados Oracle para atender às demandas crescentes dos sistemas de informação, garantindo desempenho adequado, manutenção e suporte do fabricante, além da disponibilização de funcionalidades que atenderão demandas do negócio relacionadas à segurança e à privacidade dos dados hospedados na plataforma;

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
49	Aquisição e implantação de novo subsistema de armazenamento (novo storage)	1) Melhora nos níveis de serviço prestados pelo sistema de armazenamento de dados; 2) Replicação nativa da infraestrutura de armazenamento entre os Datacenters localizados no Senado e na Câmara para a persistência dos dados e informação do Senado Federal; 3) Maior agilidade na gestão operacional do ambiente; 4) Diminuição do consumo de energia e ar-condicionado; 5) Otimização do uso do espaço físico dos Datacenters, com armazenamento mais denso e ocupando menos espaço.
50	Lexedit Web Emendas de outras matérias	Habilita parlamentares, assessores e cidadãos a redigirem emendas legislativas com observação correta da técnica legislativa.
51	Unificação de bases de normas com a Câmara dos Deputados	Viabiliza a gestão integrada entre Câmara e Senado dos ativos de informação da base de normas federais superiores.
52	Legis: Assinatura de documentos nas Comissões	Possibilita que parlamentares e servidores da SGM assinem documentos legislativos.
53	Legis: Gestão de documentos arquivísticos	Inclui funcionalidades específicas de gestão de documentos arquivísticos no sistema de gestão de processos legislativos.
54	Legis: Proposições assinadas simultaneamente por deputados e senadores	Permite que deputados e senadores assinem simultaneamente documentos apresentados no Congresso Nacional.
55	IA: Degravação de Falta para Taquigrafia	Fornece suporte à transcrição automatizada de falas e reconhecimento de oradores para reuniões de comissões.
56	Ente: Novo Parlam	Implanta um novo sistema de gestão de parlamentares, ausências, licenças, votações, entre outros.
57	Senado Digital: Atualização Tecnológica do App	Assegura novas versões consistentes e modernas do aplicativo Senado Digital.
58	SIGEN: Paineis gerenciais	Expõe painéis de gestão e de indicadores dos conceitos e normas gerenciadas pelo SIGEN

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
59	Elaboração e formalização do Plano de Ação de Segurança Cibernética	Planejamento estruturante, composto por ações e atividades de melhoria da resiliência cibernética do Senado Federal. O plano também reforça aspectos de conformidade junto ao TCU.
60	Estabelecimento e manutenção de programa de conscientização e treinamento em Segurança Cibernética	Fortalece a cultura de cibersegurança no Senado, prevenindo violações e vazamento de dados. Permite aos colaboradores, desempenhar papel ativo, implementando práticas de proteção. O programa também permite cumprir requisitos regulatórios, recomendados pelo TCU, referentes a controles críticos de Segurança Cibernética nas organizações públicas federais.
61	Matriz de conhecimentos em Segurança Cibernética	Agrega valor na definição do ciclo de aprendizado para treinamento anual dos servidores do Prodasen em Segurança da Informação, na medida em que estabelece objetivos de aprendizagem e define insumos necessários para elaboração anualizada do PCASF.
62	Programa contínuo de testes de invasão	Permite o uso de metodologias, guias e técnicas para descoberta de pontos de vulnerabilidade no ambiente informacional do Senado antes da exploração por atacantes. Permite adotar providências de ajustes antecipadas à invasão. Reduz riscos de ataques e todas as consequências que o fato traz.
63	Elaboração de oficinas de treinamento em Segurança Cibernética	Oficinas que ficam registradas para aculturação corporativo no que tange ao tema. Dado o alto volume de ataques utilizando-se técnicas de Engenharia Social, o benefício gerado por essas oficinas recai sobre a manutenção do parque tecnológico do Senado, intacto quando o assunto é invasão, roubo ou vazamento de dados e informações sensíveis em 2023. As oficinas ministradas foram: i) reconhecimento e notificação de incidentes de Segurança da Informação; ii) gestão de incidentes de Segurança da Informação; e, iii) Ataques de Engenharia Social. As oficinas atendem às recomendações derivadas do Acórdão 1.768 TCU-Plenário.
64	Estabelecimento de procedimento de concessão de acesso ao SIAFI	Antes, este processo estava sob operacionalização da CONORF sem processo e sem controle sistematizado, consumindo tempo dos consultores. Com a internalização desta operação pela COATEN, foi estabelecido um processo de concessão de acesso ao SIAFI, com controle e registro sistematizado.

#	Entrega	Valor Adicionado / Benefício Gerado
65	Remoção do perfil Administrador dos Usuários	Com a retirada do perfil administrador de máquina de mais de 5000 usuários, a rede computacional do Senado ficou mais segura e menos suscetível a ataques ou outros problemas relacionados a segurança da informação.
66	Migração de contas do exchange para a nuvem	Permite que os usuários sincronizem e-mails, contatos, calendários, tarefas e outros recursos entre o servidor de e-mail e vários dispositivos. Além disso, o serviço passou a contar com alta disponibilidade, segurança com filtros antimalware e antispam e proteção de dados.
67	Implantação da Plataforma e Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Departamental	Aumento da capacidade de construção de soluções de TI de âmbito departamental, com autonomia para as áreas de negócio e redução da dependência das áreas especialistas em TI.
68	Descentralização do cadastro de unidades organizacionais no UnOrg	Autonomia para diversas áreas que demandam o cadastramento de certos tipos de unidades na base de dados central, eliminando dependência e envolvimento desnecessário de área técnica.
69	Preparação da plataforma Rancher 2/Kubernetes para os sistemas internos	Modernização da plataforma de hospedagem de aplicações, viabilizando melhorias operacionais e de segurança da informação.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do processo de auditoria (TC nº 027.907/2022-8), instituído para avaliar o estágio de aplicação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLL) no âmbito da Administração Pública Federal, ao ranquear a utilização da NLL, apurou que o grau de aplicação da NLL ainda era baixo, apontando como uma das causas o atraso na regulamentação das matérias essenciais e, ainda, aspectos de governança e organização institucional.

Em sentido oposto, com altíssima aplicação da Lei nº 14.133/2021, figurou o Senado Federal. Conforme o item 36 do voto do Ministro Benjamin Zymler, no bojo do Acórdão nº 2154/2023-TCU-Plenário, o Senado Federal ostentou o 1º lugar entre os órgãos integrantes da administração direta. Tal constatação demonstra a eficiência e o êxito no planejamento e governança do Senado Federal instituídos no processo de transição para a NLL.

Ao excluir as contratações realizadas por hospitais administrados pela EBSEH (estatal), por erro de metodologia no cadastro da licitação (apontado no item 37 do voto do Min. Zymler), o SF fica em 2º lugar em termos absolutos, atrás apenas do IFSP (autorquia educacional, que, por sua natureza, realiza diversos procedimentos de dispensa de licitação).

O reconhecimento do Tribunal de Contas da União ao Senado Federal quanto à aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLL) é de extrema importância para a imagem institucional da Casa e para a valorização dos esforços de todos os nossos servidores.

Ao liderar, entre os órgãos da administração direta, aquele mais alinhado à Nova Lei, o Senado permanece como referência em boas práticas na área de licitações e contratos e ressalta a seriedade que sempre exigiu e implementou em suas ações de modernização, profissionalização e transparência no tema.

Essa conquista é resultado do apoio imprescindível da Comissão Diretora, Primeira-Secretaria, Diretoria-Geral e de todos os servidores que atuam nas diversas etapas das nossas contratações, pois a transição da Nova Lei é complexa. Antes de instruir processos de contratações com a NLL, é preciso revisar regulamentos e minutas, passar por análises jurídicas, alterar sistemas e capacitar servidores. 2 anos parece muito tempo, mas esses procedimentos demandam dedicação e responsabilidade.

Durante 1 ano, estudamos a Lei nº 14.133/2021, analisamos e atualizamos nossos regulamentos inter-



nos, e, gradativamente, desde uma visão ampla e jurídica até conversas práticas de aplicação da lei na nossa realidade, fomos capacitando nossos servidores.

Assim, o sucesso da transição para a nova lei é um reflexo direto do comprometimento, amadurecimento e expertise de cada indivíduo envolvido, e reforça nosso compromisso contínuo com a excelência e com a conformidade em nossos processos.

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Para liderar a aplicação da Lei nº 14.133/2021 entre os órgãos da administração direta, o Senado Federal preocupou-se em capacitar a equipe envolvida no processo de contratações muito antes do prazo inicial estabelecido para revogação da Lei nº 8.666/1993.

Entre maio e julho de 2021, foram realizadas seis palestras virtuais com especialistas da área de contratações públicas, por meio das quais foram apresentadas perspectivas com a NLL, o regime transitório e principais mudanças introduzidas pelo novo texto legal.

Em novembro de 2021, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) ofertou um curso virtual, com 24 horas/aula, para “análise estrutural da Lei nº 14.133/2021 com foco nos gestores do Poder Legislativo”.

Entre agosto e novembro de 2022, a Diretoria-Executiva de Contratações promoveu, virtualmente, o Ciclo de Conversas sobre a Nova Lei de Licitações, por meio do qual, a partir de 11 encontros temáticos que foram realizados, com 1h30 cada, os servidores puderam conhecer as novidades trazidas pela NLL e tirar dúvidas acerca dos novos procedimentos.

Dando continuidade à capacitação periódica de seus servidores, duas novas conversas temáticas foram realizadas no primeiro semestre de 2023.

Já no segundo semestre de 2023, o Senado Federal, por meio do programa Interlegis, sob responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), ofertou oficinas gratuitas para auxiliar órgãos legislativos municipais a realizarem a transição para a Nova Lei de Licitações. Nossos servidores foram a Divinópolis/MG, Araripina/PE, Piedade/SP e Porto Alegre/RS e o retorno dessas instituições foi muito positivo, destacando-se sempre o caráter prático da abordagem dos instrutores.

NORMATIZAÇÃO INTERNA

O Senado Federal publicou, em 10 de junho de 2022, o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, o qual estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

O novo ato foi construído a partir do fluxo processual adotado internamente. Assim, o texto principal do ADG contempla todo o ciclo de contratações de maneira sequenciada, ao passo que seus 11 anexos tratam de requisitos, normas e procedimentos específicos. Por exemplo, o Anexo VI trata de pesquisa de preços. Assim, todo o rito que deve ser observado durante a pesquisa pode ser encontrado nesse anexo.

A construção de um texto dinâmico e de fácil entendimento demandou a participação de diversas áreas do Senado. Coordenado pela Diretoria-Executiva de Contratações, foram ouvidos todos os órgãos técnicos da Casa, o órgão jurídico e a Alta Administração. Sugestões da Auditoria do Senado Federal e apostas em relatórios de auditoria também foram incorporadas ao texto. Ao final, coube ao Comitê de Acompanhamento de Implementação da Nova Lei de Licitações no Senado Federal fazer uma última revisão e encaminhar a sugestão à Diretoria-Geral.

Apesar de ter sido publicado em junho, o ato só entrou em vigência em 1º de outubro de 2022. Contudo, produziu efeitos desde julho, tendo em vista

que a elaboração do Termo de Referência e a realização de pesquisa de preços para uma nova contratação leva, em média, 3 meses. Ou seja, para que os processos fossem entregues, para instrução à luz da NLL, a partir de 1º de outubro, os órgãos técnicos começaram a trabalhar orientados pelo novo rito três meses antes.

O Ciclo de Conversas sobre a Nova Lei de Licitações auxiliou os servidores nesse momento de transição e contribuiu para a sua efetividade.

A publicação “Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU – 5ª Edição”, do Tribunal de Contas da União, faz diversas referências ao normativo do Senado Federal, corroborando o pioneirismo do documento produzido por esta Casa Legislativa.

SISTEMA DE APOIO A CONTRATAÇÕES

O Senado Federal tem trabalhado para garantir que seus sistemas de informação sejam compatíveis com as novas exigências da lei, a fim de garantir a eficiência do processo de licitação.

Graças aos constantes esforços para adoção das melhores práticas sobre o tema, muitas das mudanças previstas na lei já eram realizadas no Senado Federal e em seus sistemas internos, de modo que a mudança ocorreu de forma fluida e sem percalços.

PRÓXIMOS DESAFIOS

A fiscalização e o controle interno sobre as contratações públicas serão ainda mais importantes nesse novo contexto, e o Senado Federal tem trabalhado intensamente para fortalecer esses mecanismos de controle, especialmente por meio de seus normativos internos e sistemas de apoio.

Um de nossos primeiros pregões fundamentados na NLL ocorreu em 9 de fevereiro de 2023. O procedimento transcorreu rapidamen-

te e sem interposição de recursos. A contratação de fornecimento, sob demanda de material bibliográfico nacional, teve sua instrução iniciada em 4 de novembro de 2022 e a homologação do resultado do certame ocorreu em 14 de fevereiro 2023 – pouco mais de 3 meses depois.

Esse é apenas um exemplo do exitoso trabalho que vem sendo realizado por todos os setores envolvidos com contratações da Casa. A alta qualificação dos servidores do Senado Federal demonstra a excelência de nosso corpo técnico e sugere uma melhoria contínua de nossos processos de trabalho.

TOTAL DE LICITAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2023	109
Concorrência	1
Pregão	108
Lei nº 10520	31
Lei nº 14.133	78
Homologadas	101
Fracassadas	4
Anuladas	4
Aquisições	53
Serviços	49
Mão de obra	6
Obra	1

DISPENSA DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
Art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.	1	R\$ 924,00
Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993.	1	R\$ 818.231,63
Art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.	1	R\$ 10.050,00
Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.	5	R\$ 135.374,52
Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.	1	R\$ 147.840,00
Art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021.	1	R\$ 13.060.800,00
Art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021.	1	R\$ 12.000.000,00
TOTAL	11	R\$ 26.173.220,15

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
Art. 25, caput, da Lei nº 8666/1993.	24	R\$ 1.992.147,94
Art. 25, II, da Lei nº 8.666/1994.	3	R\$ 630.260,26
Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.	2	R\$ 341.260,00
Art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021.	36	R\$ 972.593,26
Art. 74, I, da nº Lei 14.133/2021.	15	R\$ 1.318.936,70
Art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.	7	R\$ 4.046.220,66
TOTAL	87	R\$ 9.301.418,82

Total de contratações diretas finalizadas em 2023	98
--	-----------

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Constituição Federal de 1988, artigo 70

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018

Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015

Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DA GESTÃO PATRIMONIAL EM 2023

CONTRATO	OBJETIVO
CT 53/2019	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.
CT 81/2023	Prestação de serviços de locação de veículos para atendimento à Presidência do Senado Federal, senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando ao atendimento às atividades do Senado Federal.
CT 51/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e suporte na Central de Atendimento de Telecomunicações da Coordenação de Telecomunicações do SENADO FEDERAL – COOTELE/SF – com a disponibilização de equipe técnica residente, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 84/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC – para o SENADO FEDERAL, a partir dos PABX MX-ONE 7, nas seguintes modalidades: Local (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Nacional – LDN (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Internacional – LDI; Discagem Direta Gratuita – DDG; Serviço de Conexão à Internet – SCI – de alta velocidade e linhas diretas e linhas privadas de voz e dados, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.
CT 08/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente, visando a condução dos veículos locados pelo SENADO FEDERAL, bem como os de sua propriedade e na operação de atividades de transporte de servidores, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 13/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação e de reparação de redes telefônicas, no Conjunto Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

CONTRATO	OBJETIVO
CT 40/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos automotores, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros e taxas, visando ao atendimento às atividades do SENADO FEDERAL, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.
CT 59/2022	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de programação, operação e manutenção dos PABX, da marca Ericsson, modelo MX-ONE e periféricos, incluindo o fornecimento de mão de obra residente, em regime de plantão e a reposição de peças/componentes utilizados, mediante o ressarcimento tabelado, para a Secretaria de Patrimônio do SENADO FEDERAL – SPATR/SF – durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 70/2022	Prestação de serviços de telefonia, a partir de terminais móveis (voz e dados), nas modalidades SMP e STFC, com o fornecimento de aparelhos celulares em comodato, durante 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.

Imóveis da União sob a administração do Senado Federal

Tipo	Quantidade	Valor
Apartamento	75	225.365.001,91
Casa	1	17.302.116,73
Edificação	12	200.803.751,31
Prédio	2	775.411.446,89
Sala	4	851.698,09
Terreno	9	709.450.341,63
Totais	103	1.928.183.356,56

Desfazimento de bens do Senado Federal

1- OBJETO: Móveis antieconômicos

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Leilão – Processo nº 00200.008197/2023-73

ARRECADAÇÃO TOTAL: R\$ 325.430,00

2- OBJETO: Móveis antieconômicos

MODALIDADE: Doação – Processo nº 00200.012362/2022 – Centro Especializado em Diabetes, Obesidade e Hipertensão – CEDOH/SESDF

Valor: R\$ 307,94

3- OBJETO: Móveis antieconômicos

MODALIDADE: Doação – Processo nº 00200.003381/2023 – Secretaria Municipal de Saúde de Águas Lindas de Goiás

Valor: R\$ 3.698,73

GESTÃO DE PESSOAS



CONFORMIDADE LEGAL

LEGISLAÇÃO APLICADA

O Senado Federal observa, em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas, os termos da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal (CF), no capítulo que trata da Administração Pública, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo anexo ao Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, complementado pelo Regulamento Orgânico Administrativo, anexo do Ato do Presidente nº 22, de 2022.

Além desses norteadores basilares, a Alta Administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Presidente, Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Fe-

deral (BASf), e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail, quanto em publicações na Intranet, além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASf).

Em 2023, (e final de 2022, com impacto no ano seguinte), foram publicadas diversas normas referentes a pessoal ativo, entre as quais destacam-se:

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 15, de 2022: Determina os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo do ano de 2023 para cumprimento, pelo Senado Federal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 14, de 2022: Determina o calendário de pagamento da remuneração de pessoal do Senado Federal para o exercício de 2023.

ATC 13/2023: Altera o item 3.6.2 do Anexo I do Regulamento Administrativo, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, para reestruturar o quantitativo de funções comissionadas, e altera o art. 26 e o item 1.2.9 do Anexo I do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Ato do Presidente nº 22, de 2022, para adequar a estrutura da Secretaria de Polícia.

APR 16/2023: Altera o Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, instituído pelo Ato do Presidente nº 22, de 2022, promovendo mudanças na estrutura administrativa da Casa.

ATC 09/2023: Regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal e revoga regulamentações anteriores, a saber, os Atos da Comissão Diretora nºs 11, de 2015; nº 1, de 2020; e nº 11, de 2022.

ATC 16/2023: Regulamentou o pagamento da Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GD), de que trata o art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

ADG 34/2023: Consolida as alterações da Matriz de Correlação das áreas de conhecimento de interesse do Senado Federal com as especialidades integrantes da carreira legislativa e dá outras providências.

ADG 22/2023: Dispõe sobre o gozo de férias referentes ao exercício de 2022.

ADG 27/2023: Fixa o valor da bolsa de estágio e do pagamento de auxílio-transporte aos estagiários.

AGP 02/2023: Ato da Secretaria de Gestão de Pessoas disciplina o cadastramento de servidores aposentados, pensionistas civis no âmbito do Senado Federal, bem como de senadores aposentados e dependentes do Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC e do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, nos termos da legislação vigente.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

As ações de supervisão, controle e de correição realizadas pelo Senado Federal compreendem várias áreas de atuação.

Os procedimentos disciplinares são trabalhados pelo Serviço de Apoio a Comissões Processantes, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), onde são analisados os processos administrativos disciplinares e outros procedimentos disciplinares.

Tais procedimentos podem ser acessados pelo Portal de Transparência do Senado no link:



ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

Distribuição do Quadro de Pessoal

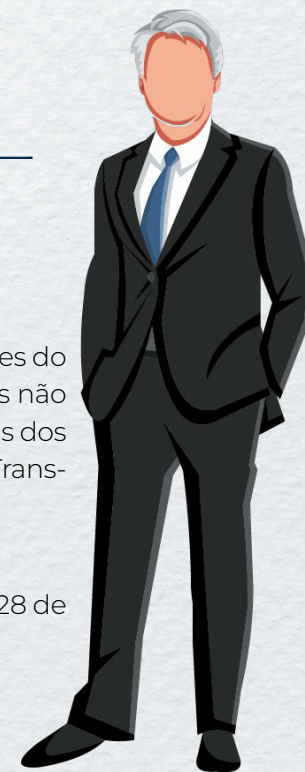
Distribuição dos servidores por faixa salarial

As faixas salariais consideram somente as verbas permanentes do cargo sem a contabilização de eventuais vantagens pessoais não previstas no plano de carreira. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, “Transparência – Gestão de Pessoas – Estrutura Remuneratória”.

Distribuição dos servidores por situação funcional

A distribuição a seguir refere-se aos Servidores efetivos, em 28 de dezembro de 2023¹ – 1.997.

¹ Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon em 28/12/2023.



Distribuição dos servidores por unidade de exercício²

SERVIDORES POR UNIDADE DE EXERCÍCIO		
UNIDADE	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
Afastados	49	2,5%
Presidência do Senado Federal	16	0,8%
Comissão Diretora	21	1,0%
Gabinetes de Lideranças	51	2,6%
Gabinetes de Senadores	136	6,8%
Órgãos de Assessoramento Superior	569	28,5%
Órgãos Superiores de Execução	1.153	57,7%
Outros	2	0,1%
Total	1.997	100%

SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA			
FC	TOTAL	HOMEM	MULHER
FC05	2	1 (50%)	1 (50%)
FC04 + SF03*	37	26 (70%)	11 (30%)
FC03	430	312 (73%)	118 (27%)
FC02	436	289 (66%)	147 (34%)
FC01	115	74 (64%)	41 (36%)
Total	1.020	702 (69%)	318 (31%)

*Os ocupantes do cargo comissionado SF-03 (4 efetivos – 2 mulheres e 2 homens) foram somados ao tipo de Função FC-4, tendo em vista a mesma natureza “cargo de direção” e a equivalência remuneratória.

² Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon em 28/12/2023. Data de referência: 28/12/2023.

Nomeação de Servidores Efetivos

Editais de homologação do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Senado Federal:

- Edital de Homologação nº 1, de 2023: publicado no DOU nº 12, seção 3, de 17 de janeiro de 2023. Homologou o Resultado Final do Concurso Público, em conformidade com o edital nº 1, de 22 de agosto de 2022. Cargo de Analista Legislativo, especialidades: Administração, Arquivologia, Assistência Social, Contabilidade, Enfermagem, Engenharia do Trabalho, Engenharia Eletrônica e Telecomunicações, Informática Legislativa e Processo Legislativo;
- Edital de Homologação nº 2, de 2023: publicado no DOU nº 52, seção 3, de 16 de março de 2023. Homologou o Resultado Final do Concurso Público, em conformidade com o edital nº 2, de 22 de agosto de 2022. Cargo de Analista Legislativo, especialidade Registro e Redação Parlamentar;
- Edital de Homologação nº 3, de 2023: publicado no DOU nº 81, seção 3, de 28 de abril de 2023. Homologou o Resultado Final do Concurso Público, em conformidade com o edital nº 3, de 22 de agosto de 2022. Cargo de Advogado, especialidade Advocacia;
- Edital de Homologação nº 4, de 2023: publicado no DOU nº 81, seção 3, de 28 de abril de 2023. Homologou o Resultado Final do Concurso Público, em conformidade com o edital nº 4, de 22 de agosto de 2022. Cargo de Consultor Legislativo, especialidades Assessoramento Legislativo e Assessoramento em Orçamentos;
- Edital de Homologação nº 5, de 2023: publicado no DOU nº 108, seção 3, de 07 de junho de 2023. Homologou o Resultado Final do Concurso Público, em conformidade com o edital nº 5, de 22 de agosto de 2022. Cargo de Técnico Legislativo, especialidade Policial Legislativo Federal.

- A partir de janeiro de 2023, iniciaram as nomeações dos candidatos aprovados no certame. Ao longo do ano, houve **284 nomeações**, das quais 6 foram tornadas sem efeito. Segue quadro demonstrativo por data e área:

RESUMO DO QUANTITATIVO DE NOMEAÇÕES				
Cargo	Especialidade	Data da	Total	Subtotal por Especialidade
Advogado	Advocacia	28/4/2023	4	9
		27/6/2023	1	
		11/10/2023 ³	2	
		16/11/2023	1	
		15/12/2023	1	
Consultor Legislativo	Assessoramento Legislativo	28/4/2023	27	34
		11/10/2023	5	
	Assessoramento em Orçamentos	28/4/2023	5	9
		11/10/2023	4	
Analista Legislativo	Administração	18/1/2023	42	53
		18/5/2023	1	
		10/7/2023	1	
		11/10/2023	8	
		18/10/2023	1	
	Arquivologia	18/1/2023	3	5
		15/12/2023	2	

³ Do quantitativo total de 2 nomeações do cargo de Advogado do Senado Federal, uma foi tornada sem efeito.

RESUMO DO QUANTITATIVO DE NOMEAÇÕES				
Analista Legislativo	Assistência Social	18/1/2023	3	3
	Contabilidade	18/1/2023 ⁴	8	16
		19/1/2023	1	
		31/5/2023	1	
		11/10/2023	4	
		16/11/2023	1 ⁵	
		15/12/2023	1	
	Enfermagem	18/1/2023	3	4
		15/12/2023	1	
	Engenharia do Trabalho	18/1/2023	1	1
	Engenharia Eletrônica e Telecomunicações	18/1/2023	2	2
	Informática Legislativa	18/1/2023 ⁶	20	31
		02/1/2023	1	
		07/6/2023	1	
		28/6/2023	1	
		11/10/2023	4	
		15/12/2023	4	
	Registro e Redação Parlamentar	17/3/2023	5	7
		15/12/2023	2	
	Processo Legislativo	18/1/2023	40	51
6/6/2023		1		
12/6/2023		1		
11/10/2023		8		
26/10/2023		1		

Técnico Legislativo	Policial Legislativo Federal	12/6/2023 ⁷	55	58
		16/6/2023	2	
		21/6/2023	1	
SUBTOTAL DE NOMEAÇÕES				283
TOTAL DE NOMEAÇÕES TORNADAS SEM EFEITO				6
TOTAL LÍQUIDO DE NOMEAÇÕES				277

4 Do quantitativo total de 8 nomeações do cargo de AL/Contabilidade, uma foi tornada sem efeito.

5 Do quantitativo total de 4 nomeações do cargo de AL/Contabilidade, uma foi tornada sem efeito.

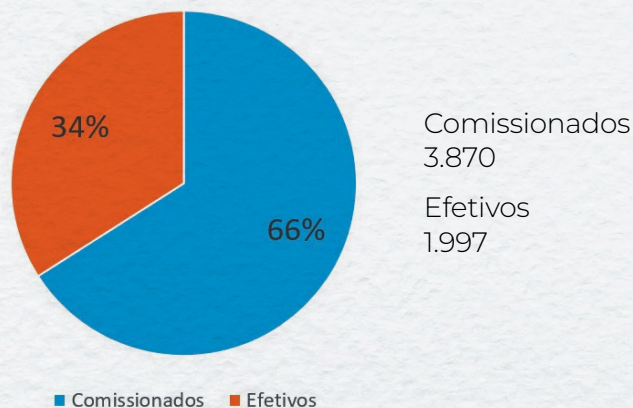
6 Do quantitativo total de 20 nomeações do cargo de AL/Informática Legislativa, uma foi tornada sem efeito.

7 Do quantitativo total de 55 nomeações do cargo de TL/Policial Legislativo Federal, duas foram tornadas sem efeito.

Cargos Comissionados

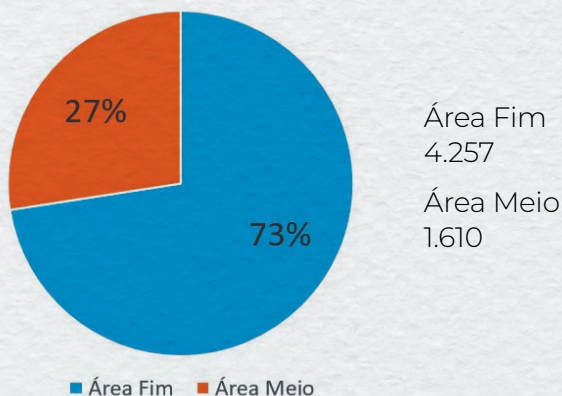
Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares, e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seus Órgãos Supervisionados.

Servidores Efetivos e Comissionados⁸

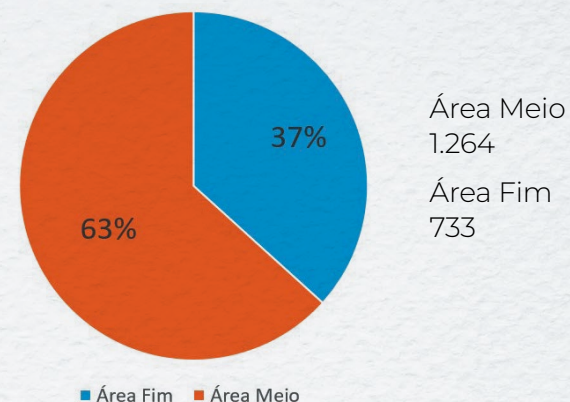


Distribuição dos servidores entre área fim e área meio

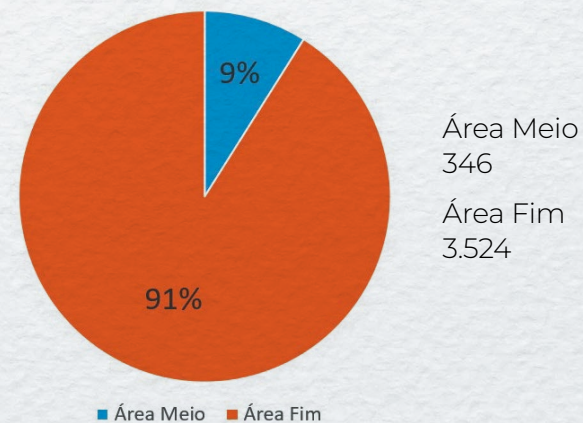
Distribuição de Servidores Efetivos e Comissionados entre área fim e área meio⁹



Distribuição de Servidores Efetivos¹⁰



Distribuição de Servidores Comissionados¹¹



8 Fonte: Aplicativo Galileu - SIB - Senado Federal - [RH].qvw. Acesso em 28/12/2023.

9 Fonte: Aplicativo Galileu - DashboardsindicadoresRHqvw. Acesso em 28/12/2023.

10 Fonte: Aplicativo Galileu - DashboardsindicadoresRHqvw. Acesso em 28/12/2023.

11 Fonte: Aplicativo Galileu - Dashboards indicadores RHqvw. Acesso em 28/12/2023.

Distribuição por categoria da carreira dos servidores efetivos

A carreira dos servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados:

Advogado	36
Analista Legislativo	952
Auxiliar Legislativo	21
Consultor Legislativo	254
Secretário Parlamentar	3
Técnico Legislativo	731
Total	1.997

CESSÕES DE SERVIDORES

Servidores do Senado Federal cedidos/exercício provisório a órgãos externos¹²: 34

¹² Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon em 28/12/2023.

Cessão da Infraero para o Senado Federal

Conforme Portaria do Ministério da Economia nº 24, de 17 de janeiro de 2020, embasada no parágrafo 7º do art. 93 da Lei nº 8.1112, de 11 de dezembro de 1990 e no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, hoje revogado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, o Senado Federal, ao final de 2023, conta com **68 (sessenta e oito) servidores**¹³ da INFRAERO em seu quadro de pessoal.

Acordo de Cooperação Técnica com o GDF

O Senado Federal firmou, em 2013, com o Governo do Distrito Federal, o **Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2013** com objetivo de racionalizar as despesas com pessoal de ambos os órgãos, permitindo ao Senado receber mão de obra qualificada nas áreas de tecnologia da informação, de gestão de políticas públicas e manutenção predial, tendo em contrapartida, a cessão de servidores de sua estrutura de serviço para reforçar o atendimento à saúde da população do Distrito Federal.

- Servidores do Senado Federal em disponibilidade ao GDF¹⁴: 1 (um)
- Servidores do GDF em exercício no Senado Federal¹⁵: 6 (seis)

Ressalta-se que, por meio do **Ofício nº 641/2023-DGER**, a Diretora-Geral comunicou ao Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal (GDF), senhor Gustavo do Vale Ro-

¹³ Fonte: Aplicativo Galileu – CorporativoPessoasSF.qww em 28/12/2023.

¹⁴ Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon em 28/12/2023.

¹⁵ Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon e Aplicativo Galileu - CorporativoPessoasSF.qww em 28/12/2023.

cha, a denúncia do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2013, firmado entre o Senado Federal e o GDF, tendo em vista que, em face das recentes nomeações de servidores efetivos, decorrentes do concurso público realizado no ano de 2022, as necessidades de mão de obra qualificada no Senado foram supridas para as áreas em que atuam os servidores cedidos por intermédio do acordo de cooperação em tela; o déficit de servidores da área de saúde para a manutenção das escalas de trabalho no atendimento às urgências nos postos de atendimento desta Casa Legislativa e considerando, ainda, o desequilíbrio quantitativo entre os servidores cedidos pelos órgãos partícipes.

Podem ser apontadas as seguintes justificativas para a variação da despesa de pessoal do Senado Federal em 2023:

- a) Aposentadoria de servidores efetivos;
- b) Falecimento de aposentados;
- c) Reajuste salarial dos senadores e servidores efetivos e comissionados;
- d) Redução da despesa com encargos patronais previdenciários decorrente da aposentadoria de efetivos e da migração de servidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC).

MANUTENÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

	Pago 2022	Pago 2023
Aposentados	1.607.280.701,66	1.695.046.647,88
Pensionistas	449.880.987,49	480.193.727,91
Efetivos ativos	1.058.294.507,33	1.021.399.191,91
Comissionados ativos	518.596.134,20	545.601.822,82
Senadores ativos	42.306.426,93	54.365.388,46
Movimentados (Infraero)	18.078.481,51	19.508.222,77
Totais	3.694.437.239,12	3.816.115.001,75



DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Representatividade		Representatividade	
Aposentados		Comissionados ativos	
Desp. exercícios anteriores	0,84%	Desp. exercícios anteriores	0,27%
Gratificação Natalina	7,45%	Gratificação Natalina	6,00%
Vantagens fixas	91,32%	Patronal	15,37%
Vantagens variáveis	0,40%	Pessoal requisitado	0,09%
Pensionistas		Senadores Ativos	
Desp. exercícios anteriores	0,35%	Desp. exercícios anteriores	0,00%
Gratificação Natalina	7,75%	Gratificação Natalina	6,57%
Vantagens fixas	91,89%	Patronal	14,38%
Efetivos ativos		Movimentados	
Desp. exercícios anteriores	0,16%	Pessoal requisitado	100,00%
Gratificação Natalina	6,59%		
Patronal	14,34%		
Vantagens fixas	78,55%		
Vantagens variáveis	0,35%		

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Lei nº 12.300/2010 – Ato da Comissão Diretora nº 16/2023 - Ato do Primeiro Secretário nº 06/2023

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) é constituída pelo somatório de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parcela fixa), acrescido do valor referente a parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo,

40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente a parcela variável foi regulamentada em 2023, mas ainda não possui um cronograma fixado para seu início.

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Em decorrência da homologação do concurso público realizado em 2022, o Senado Federal convocou, em 2023, candidatos aprovados no certame para compor o quadro de pessoal da Casa.

Ao longo do ano, houve 284 nomeações de novos servidores efetivos. O concurso público possui validade de 24 meses, prorrogável por mais 24, a partir da data de homologação.

REESTRUTURAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO-ADMINISTRATIVO (ROA)

Entre as alterações mais significativas para a Secretaria de Gestão de Pessoas está a criação de uma nova Coordenação no Plano de Saúde, de inteligência de dados, que será explanada em tópico próprio e a extinção do Serviço de Atendimento aos Beneficiários [do SIS], cujas atividades foram absorvidas pelo novo Núcleo de Atendimento da Secretaria de Gestão de Pessoas (NASEGP), com atendimento unificado tanto de questões ligadas ao SIS e à Saúde Caixa quanto de temas de recursos humanos

em geral. Em um só local, os usuários são atendidos em diferentes demandas de primeiro nível.

Nessa mesma alteração, o então Serviço de Publicação da SEGP foi igualmente extinto na estrutura, tendo suas atividades absorvidas pela Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral.

AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

O Senado Federal realizou as seguintes ações na área de saúde e de qualidade de vida do servidor, em 2023:

AÇÕES	Nº DE ATENDIMENTO/EVENTO
Atendimentos psicológicos	1.432
Atendimentos sociais	293
Atendimentos nutricionais	18
Atendimentos médicos (exceto Outubro Rosa)	527
Atendimentos médicos de Outubro Rosa	250
Laudos e pareceres técnicos relacionados à saúde e à segurança no trabalho	46
Contribuições para a intranet ou outras mídias com temas sobre saúde e qualidade de vida	10
Roda de conversa com o tema Fato ou Fake: “Chip da beleza, reposição hormonal e saúde feminina”	1

Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência	14
Grupo de acolhimento com trabalhadores terceirizados da SINFRA	6
Grupos, oficinas e palestras sobre assédio moral e sexual e outros tipos de violências no trabalho	8
Palestras de apresentação do Serviço de Qualidade de Vida, no Programa de Integração dos novos servidores	6
Programa de Reflexão sobre a Aposentadoria	10
Grupo/oficina de Masculinidades	2
Mediação de conflitos	1
Palestra sobre Gordofobia e Mulheres 50+	1
Realização de ações de <i>Benchmarking</i> com outras instituições sobre aspectos de saúde e qualidade de vida no trabalho	14
Cine Debate: Saúde mental e redes de afeto (filme: A Garota ideal); Classes sociais nas relações de trabalho e a diversidade de gerações no ambiente de trabalho (filme: Que horas ela volta); Autismo e suas faces (filme: Em um mundo interior); Mulheres, resistência e negritude (filme: A mulher rei); Exploração do trabalhador e a escravização (filme: Pureza); Orgulho LGBTQIA+: um olhar para pessoas transgênero (filme: Girl)	6



6 CUSTOS, ORÇAMENTO, FINANÇAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO DE CUSTOS

O Senado Federal aceitou o convite para aderir ao Sistema de Custos do governo federal, por meio do Ofício nº 284/2012-PRESID enviado em 5 de junho de 2012 ao Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011.

Entretanto, no âmbito da Casa Legislativa, ainda se encontra em estudo a regulamentação das diretrizes e dos indicadores para a complementação do sistema, limitando-se o controle aos parâmetros de UGR, que permite certo nível de agregação dos gastos.

Programas de Governo	Valor autorizado 2023 (em R\$)	Valor empenhado 2023 (em R\$)
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	5.369.983.843,00	4.791.367.169,68
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36.340.974,00	33.309.609,04
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.696.827,00	1.452.226,45
0999 - Reserva de Contingência	296.084.652,00	-
Total em 2023	5.704.106.296,00	4.826.129.005,17

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira do Senado Federal no exercício de 2023, inclusive os destaques concedidos e recebidos, está retratada nos quadros que podem ser acessados por meio do QRcode:



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os dados relativos aos valores empenhados e pagos à conta dos créditos orçamentários alocados em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual de 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023), bem como a execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, encontram-se disponíveis no QRcode:



Esses dados abrangem, também, a execução, por Unidades Gestoras (UGs) externas ao Senado Federal, dos valores descentralizados.

Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas ao longo do exercício de 2023 subdividem-se nos seguintes grupos:

- Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa – GND 1): despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos

da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.



O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 3.874.480.251,91, que corresponde a 80,28% do valor comprometido à conta do orçamento de 2023.

b) Outras Despesas Correntes (GND 3): despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, reclusão, natalidade e assistência médica e odontológica).

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 882.100.135,02, que corresponde a 18,28% do valor comprometido à conta do orçamento de 2023. A parcela de R\$ 389.685.734,63 refere-se ao pagamento de benefícios aos servidores (que são despesas consideradas obrigatórias) e de R\$ 492.414.400,39 destinou-se aos gastos de manutenção e funcionamento do Senado Federal, gastos classificados como discricionários.

c) Investimentos (GND 4): despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de softwares, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 69.548.618,24, que corresponde a 1,44% do valor comprometido à conta do orçamento de 2023.

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias naquele ano (classificadas com o código de Resultado Primário igual a 1 ou 2), apurou-se que o total das despesas pagas, incluindo restos a pagar pagos, totalizou R\$ 4.567.690.750,56, o que corresponde ao percentual de 83,15% do limite calculado a partir das regras impostas pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021 (R\$ 5.493.617.187,00). Esse foi o regramento utilizado no momento de elaboração da proposta orçamentária para 2023.

Além disso, conforme Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, não houve limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito do Senado Federal no exercício de 2023.

Outras informações sobre orçamento e finanças do Senado podem ser encontradas no QRcode:



DESTAQUES ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS PELO SENADO FEDERAL

Entre os destaques orçamentários estão os valores recebidos pelo Senado Federal, em virtude da disponibilização do Sistema Informatizado de Gestão de Bibliotecas (SIB), da utilização do parque gráfico, da manutenção do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão do Congresso Nacional/STF, da ocupação de espaços da Casa, em especial de imóveis funcionais por autoridades de outros órgãos, e do pagamento da GECC a servidores da Casa que atuaram em cursos externos.

Os valores empenhados e pagos pelo Senado Federal para atendimento de despesas atinentes aos objetos citados acima, discriminados por órgão repassador, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa, estão disponíveis no QRcode:



Conforme dispõe o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, os destaques orçamentários são amparados por Termos de Execução Descentralizada (TED), publicados no Portal da Transparência do Senado Federal. Essa formalização é dispensável em situações cujo valor não ultrapasse R\$ 176.000,00 ou quando se trata de ressarcimento de despesas.

DESTAQUES ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS PELO SENADO FEDERAL

Por outro lado, existem os destaques relacionados aos valores concedidos pelo Senado Federal, tais como aqueles destinados a atender: ao TED nº 36/2022 (na pesquisa, desenvolvimento e execução da exposição Itinerários da Independência no Caminhão Museu UFMG), ao TED nº 34/2023 (contratação de projetos básicos e executivos para modernização e restauração do Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado Federal) e ao TED nº 35/2023 (elaboração pela Universidade de Brasília de um livro a ser publicado pelo Senado Federal, além da produção de oito *podcasts*). Além disso, foram descentralizados recursos para viabilizar o pagamento da GECC a servidores que não são do quadro da Casa e atuaram em cursos promovidos pelo ILB.

Os valores que foram empenhados e pagos, por órgão recebedor, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa, podem ser verificados por meio do seguinte QRcode:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e, especialmente, pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais normas legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 6.170/2007. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento (MTO) e demais publicadas pelo Ministério da Economia que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As Demonstrações Contábeis exigidas pelas normas aplicáveis ao Senado Federal, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas podem ser acessadas pelo QRcode:



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA
GABRIELA AGUSTINHO BORGES

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS

JODELMIR PEREIRA DE SOUZA
GEORGIA MARIA DE ANDRADE EUFRASIO

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

CINTIA BARBOSA DOS SANTOS
JOÃO VICTOR SOUZA E SILVA

